

Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo

PPA 2024-2027
Ano II • 2025

Volume II
Desempenho
por Programa



GOVERNO DO ESTADO



Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo

PPA 2024-2027
Ano II • 2025

Volume II
Desempenho
por Programa



GOVERNO DO ESTADO
BAHIA



Programa 446

Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos

EIXO 13: GESTÃO GOVERNAMENTAL





JERÔNIMO RODRIGUES

Governador

GERALDO JÚNIOR

Vice-Governador

MAURICIO WEIDGENANT

Chefe do Gabinete do Governador

AFONSO BANDEIRA FLORENCE

Secretário da Casa Civil

CEL. PM ADALBERTO OLIVEIRA PITON DA SILVA

Chefe da Casa Militar do Governador

BÁRBARA CAMARDELLI LOI

Procuradora Geral do Estado da Bahia

CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO

Secretário do Planejamento

RODRIGO PIMENTEL DE SOUZA LIMA

Secretário da Administração

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

Secretário da Fazenda

JOSÉ CARLOS SOUTO DE CASTRO FILHO

Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização

PABLO RODRIGO BARROZO DOS ANJOS VALE

Secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura

FABYA DOS REIS SANTOS

Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social

MARCIUS DE ALMEIDA GOMES

Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação

MARCUS VINICIUS DI FLORA

Secretário de Comunicação Social

BRUNO GOMES MONTEIRO

Secretário de Cultura

ANGELO MARIO CERQUEIRA DE ALMEIDA

Secretário de Desenvolvimento Econômico

OSNI CARDOSO DE ARAÚJO

Secretário de Desenvolvimento Rural

JUSMARI TEREZINHA DE SOUZA OLIVEIRA

Secretária de Desenvolvimento Urbano

ROWENNA DOS SANTOS BRITO

Secretária da Educação

SAULO FILINTO PONTES DE SOUZA

Secretário de Infraestrutura

LARISSA GOMES MORAES

Secretária de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

FELIPE DA SILVA FREITAS

Secretário de Justiça e Direitos Humanos

EDUARDO MENDONÇA SODRÉ MARTINS

Secretário do Meio Ambiente

NEUSA CADORE

Secretária de Políticas para as Mulheres

ÂNGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES

Secretária de Promoção da Igualdade Racial e
dos Povos e Comunidades Tradicionais

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA

Secretário de Relações Institucionais

MARCELO WERNER DERSCHUM FILHO

Secretário da Segurança Pública

ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA

Secretária da Saúde

AUGUSTO SÉRGIO VASCONCELOS DE OLIVEIRA

Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

LUÍS MAURÍCIO BACELLAR BATISTA

Secretário de Turismo



JERÔNIMO RODRIGUES

Governador

CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO

Secretário de Planejamento – SEPLAN

DILMA SANTANA DE JESUS

Chefe de Gabinete – SEPLAN

JOSÉ ACÁCIO FERREIRA

Diretor Geral – SEI

MILTON DE SOUSA COELHO FILHO

Superintendente de Gestão Estratégica – SGE

ANTONIO MARCOS BARRETO SILVA

Coordenador do Relatório

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE/SEPLAN

MILTON DE SOUSA COELHO FILHO
Superintendente de Gestão Estratégica

ANTONIO MARCOS BARRETO SILVA
Diretor de Avaliação de Políticas Públicas

MARIA APARECIDA FORTES DE ALMEIDA PRESÍDIO
Diretora de Monitoramento Estratégico

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – SPE/SEPLAN

RANIERI MURICY BARRETO
Superintendente de Planejamento Estratégico

NICIA MOREIRA DA SILVA SANTOS
Diretora de Planejamento de Políticas Sociais

THIAGO REIS GÓES
Diretor de Planejamento de Políticas Públicas Econômica e de Infraestrutura

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO PÚBLICO – SPO/SEPLAN

NINON FONSECA DA SILVA FERNANDES
Superintendente de Orçamento Público - SPO

CÉSAR BARBOSA
Diretor de Informações e Sistematização Orçamentária

CINTIA MARIA DEIRÓ
Diretora de Programação Orçamentária - Área Institucional

LUIZ CARLOS GUIMARÃES C. LIMA JÚNIOR
Diretor de Programação Orçamentária das Áreas Econômica e de Infraestrutura

ROSANA SANTANA DOURADO
Diretora de Programação Orçamentária - Área Social

SUPERINTENDÊNCIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS –SPF/SEPLAN

LUIZA AMÉLIA GUEDES MACHADO MELLO
Superintendente de Captação de Recursos Financeiros

PAULO TADEU GASPAR DE FREITAS
Diretor de Operações de Crédito

LEONARDO ANDRADE RIBEIRO
Diretor de Transferências da União e Parcerias Financeiras

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E ARTICULAÇÃO PARA CONSÓRCIOS PÚBLICOS – CEPT/SEPLAN

THIAGO DOS SANTOS XAVIER
Coordenador Executivo

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA - SEI

JOSÉ ACÁCIO FERREIRA
Diretor Geral

ARMANDO AFFONSO DE CASTRO NETO
Diretor de Indicadores e Estatística

RODRIGO BARBOSA DE CERQUEIRA
Diretor de Pesquisas

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

ANTONIO MARCOS BARRETO SILVA

Coordenador do Relatório

TÉCNICOS DA SEPLAN

ADRIANO SAMPAIO LEÃO

ALACIR DANTAS

ALEXANDRE SANTOS RIBEIRO

ALEXANDRE VASCONCELOS JUNQUEIRA

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS

ANA SUELY QUEIROZ FERREIRA

DAIANNA SANTOS RIGAUD

CARLOS ALEXANDRE BARROS DOS SANTOS

DANIELA TOSTA DE BRITO SENNA

EDUARDO AUGUSTO SANTOS BRITO

EDNA SILVA CONCEIÇÃO

ENÉZIO DE DEUS SILVA JÚNIOR

FABIANE LOUISE BITENCOURT PINTO

GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN

HILBERTO CRUZ DO CARMO

JAMILLE SANTOS DOS SANTOS LIMA

JOÃO TEIXEIRA DOS SANTOS

JORGE ALEXANDRE ROSA DE MOURA

JOSÉ LANDIM FILHO

LARA SOUSA MATOS

LENALDO AZEVEDO DOS SANTOS

LUIZ CARLOS SANTANA FILHO

MÁGILA SOUZA SANTOS

MARCELO MENEZES CORDEIRO

MARIA DALVA MOTA CUNHA

MATHEUS SENA

NATACHA DALTRO BASTOS

PATRÍCIA OLIVEIRA BORGES DA SILVA ALMEIDA

SAANE SANTANA TANCREDO NOGUEIRA

SHEILY MARIA BASTOS DE MACÊDO

SIDNEY SILVA SANTOS

VERALÍCIA DE FÁTIMA MARQUES MENDONÇA DE BRITO

VERENA DE CARVALHO RAMOS

TÉCNICOS DA SEI

ARTHUR SOUZA CRUZ JÚNIOR

CARLA JANIRA SOUZA DO NASCIMENTO

CAROL VIEIRA

DENIS VELOSO

ELISSANDRA ALVES BRITO

GABRIEL OLIVEIRA BARBOSA

JOÃO PAULO CAETANO SANTOS

LUCIGLEIDE NERY NASCIMENTO

LUIZ FERNANDO ARAÚJO LOBO

LUIZ MÁRIO RIBEIRO VIEIRA

MARÍLIA JANE CAMPOS

ROSANGELA CONCEIÇÃO

COLABORADORES

VALNEI DAMASCENO DE ALMEIDA

Assessor de Planejamento e Gestão

KALYANNE BRAZ AYRES MENDES

Diretora Geral da Seplan

LUCAS PONDÉ

Assessor de Comunicação da Seplan

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA – PRODEB

ARINO HENRIQUE SANTOS OLIVEIRA

DANIEL ABREU NETTO

ERICO ROGERIO VASCONCELOS RIBEIRO

GRIMALDO LOPES DE OLIVEIRA

MARCELO JORGE PEREIRA DA LUZ

MARCIO OLIVEIRA DA FRANCA

NAÉLITON ALVES DE SOUSA

ASSESSORES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – APG

LITZA GUIMARÃES LOPES
Casa Civil

MAURO VIRGÍLIO CAMPOS DE OLIVEIRA
Procuradoria Geral do Estado da Bahia – PGE

VALNEI DAMASCENO DE ALMEIDA
Secretaria do Planejamento – SEPLAN

WILSON MOREIRA CARDOSO
Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB

SIZENANDO GONZAGA DA CUNHA FILHO
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ

RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS MAGALHÃES
Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE

GABRIELE BATISTA VIEIRA
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH

FLÁVIO ANDRÉ PEREIRA BASTOS
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES

SIMONE MARIA DE FIGUEIREDO SOUZA ARAÚJO
Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR

RONEY MARCOS PIRES OLIVEIRA
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e
Aquicultura – SEAGRI

DIEGO PITANGA DOS SANTOS
Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP

SUELI CARVALHO DE MIRANDA
Secretaria de Educação – SEC

NOEME PINTO COSTA CERQUEIRA
Secretaria de Comunicação Social – SECOM

EDSON VALADARES
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI

CHARLES FAGUNDES
Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – SECULT

FLÁVIA MARIA TENÓRIO BARBOSA DE DEUS BARROS
Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR

ROSE MARIE RAMOS GÓIS
Secretaria de Infraestrutura da Bahia – SEINFRA

EUMAN JODAFE NUNES FERNANDES
Secretaria do Meio Ambiente – SEMA

EVERALDO AUGUSTO DA SILVA
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPRMI

LUIZ LAVIGNE VASCONCELLOS FILHO
Secretaria de Relações Institucionais – SERIN

EMANUELE FIGUERÊDO BARBOSA
Secretaria da Saúde – SESAB

TIAGO SÁ TELES CORDEIRO
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE

RISETE MENDES
Secretaria de Turismo do Estado da Bahia – SETUR

ANDREA CARVALHO
Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS

LUCY CIRNE
Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM

SILVANA SALOMÃO GÓES FONTES
Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia – SSP

SUMÁRIO

VOLUME II - Anexo I

DESEMPENHO POR PROGRAMA.....	13
1. Programa: 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos.....	13
1.1. Indicador Sintético de Desempenho do Programa (ISDP)	15
1.1.2. Desempenho dos Indicadores de Programa.....	15
1.1.2.1. Desempenho dos Indicadores de Programa – Avanços e Conformidades.....	17
1.1.2.2. Desempenho dos Indicadores de Programa – Oportunidade de Melhoria	18
1.1.4. Desempenho dos Indicadores de Compromisso	19
1.1.4.1. Desempenho dos Indicadores de Compromisso - Avanços e Conformidades.....	22
1.1.4.2. Desempenho dos Indicadores de Compromisso – Oportunidade de Melhoria.....	31
1.1.5. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física.....	35
1.1.5.1. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física – Avanços e Conformidades.....	59
1.1.5.2. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física – Oportunidade de Melhoria	70
1.1.5.3. Índice das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) e da Previsão dos Restos a Pagar (RP)	91



DESEMPENHO POR PROGRAMA

Neste capítulo do Relatório de Avaliação, será apresentado de forma detalhada o desempenho do Programa do PPA 2024-2027 no ano corrente. Serão levados em consideração o Indicador Sintético de Desempenho do Programa (ISDP), a evolução dos Indicadores de Programa, a eficácia das metas dos Indicadores de Compromisso, o desempenho da execução orçamentária-financeira e da execução física das Ações orçamentárias. Adicionalmente, serão apresentadas as execuções orçamentário-financeiras e físicas de cada Território de Identidade. O relatório destaca também os principais resultados alcançados, evidenciando os avanços e conformidades, além das oportunidades de melhoria. A análise engloba o programa e seus componentes conforme o próximo tópico.

1. Programa: 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos

Eixo: 13 - Gestão Governamental					
Programa: 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos					
Ementa: Tendo como eixos centrais a racionalização do gasto governamental em concomitância ao cuidado e preservação do patrimônio, assim como a adoção de uma adequada logística de suprimentos para o Governo do Estado, o Programa Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos visa, entre outros aspectos, aprimorar a governança do Estado enquanto controlador do patrimônio público nas suas decisões estratégicas de gestão desse patrimônio, e aperfeiçoar a governança das compras e contratações no âmbito do Poder Executivo Estadual.					
Órgãos	Indicadores de Programa	Compromissos	Indicadores de Compromisso	Iniciativas	Ações Orçamentárias
SAEB	2	6	10	23	24
CASA CIVIL	-	-	-	1	2

SEINFRA	-	-	-	1	6
CMG	-	-	-	-	2
GAB GOV	-	-	-	-	2
PGE	-	-	-	-	3
SDE	-	-	-	-	4
SDR	-	-	-	-	6
SEADES	-	-	-	-	3
SEAGRI	-	-	-	-	3
SEC	-	-	-	-	4
SECOM	-	-	-	-	2
SECTI	-	-	-	-	2
SECULT	-	-	-	-	3
SEDUR	-	-	-	-	3
SEFAZ	-	-	-	-	1
SEMA	-	-	-	-	4
SEPLAN	-	-	-	-	3
SEPROMI	-	-	-	-	3
SERIN	-	-	-	-	2
SESAB	-	-	-	-	3
SETRE	-	-	-	-	4
SETUR	-	-	-	-	2
SIHS	-	-	-	-	5
SJDH	-	-	-	-	3
SPM	-	-	-	-	2

SSP	-	-	-	-	1
VICE	-	-	-	-	2

1.1. Indicador Sintético de Desempenho do Programa (ISDP)

O ISDP evidencia o desempenho do Programa em relação aos resultados alcançados e aos esforços realizados. O esforço é avaliado através da execução orçamentária-financeira e física das ações orçamentárias. Já a dimensão resultado analisa a efetividade expressa nos Indicadores de Programa e a eficácia das metas dos Indicadores de Compromisso. O quadro a seguir apresenta o valor do Indicador Sintético de Desempenho do Programa (ISDP) em cada exercício do período quadrienal.

Indicador Sintético de Desempenho do Programa (ISDP)

Programas do PPA	Ano			
	2024		2025	
	Valor (%)	Conceito	Valor (%)	Conceito
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	76.80	Bom	58.04	Regular

1.1.2. Desempenho dos Indicadores de Programa

A evolução dos Indicadores de Programa é determinada pela comparação entre o valor apurado e o valor de referência do indicador. Para indicadores com polaridade positiva, quando ocorre um aumento ou crescimento no valor apurado, houve uma evolução positiva. Por outro lado, para indicadores com polaridade negativa, quando ocorre uma diminuição no valor apurado, isso também representa uma evolução positiva. No entanto, quando indicadores com polaridade positiva mostram uma diminuição no valor apurado, isso caracteriza uma evolução negativa. Da mesma forma, para indicadores com polaridade negativa que revelam um aumento no valor apurado, isso representa uma evolução negativa. Se o valor apurado for igual ao valor de referência, a evolução é considerada constante. O indicador é considerado apto para a avaliação quando é possível avaliar sua evolução. No atual exercício, o quadro a seguir apresenta a situação e a evolução dos Indicadores de Programa do PPA 2024-2027.

Evolução dos Indicadores de Programa

Programas do PPA/Ano	Situação para Avaliação			Evolução (%)			Não
	Total	Aptos	Não Aptos	Positiva	Constante	Negativa	
446-Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos							
2024	2	2	0	100,00	0,00	0,00	0,00
2025	2	2	0	50,00	0,00	50,00	0,00

Visando qualificar as informações obtidas na apuração, a evolução do Indicador de Programa é explicada a partir da indicação do principal motivo que influenciou ou justificou seu comportamento no exercício de análise, considerando a evolução positiva, negativa ou constante. O quadro a seguir apresenta a frequência de motivos contributivos para a evolução positiva do conjunto de Indicadores de Programas do PPA em cada exercício do período quadrienal.

Motivos que contribuíram para a evolução positiva do Indicador de Programa

Programa/Descrição do motivo	Frequência (%)	
	2024	2025
Influência de Fatores Operacionais	-	1 (100,00%)
Otimização/Aprimoramento de Estratégias ou Formas de Atuação	2 (100,00%)	-

Fonte: Iplan, elaboração DAV/SGE/SEPLAN

O quadro a seguir mostra a frequência de motivos contributivos para a evolução negativa ou constante do conjunto de Indicadores do Programa do PPA, nos exercícios do período quadrienal

Motivos que contribuíram para a evolução negativa ou constante do Indicador de Programa

	Frequência (%)
--	----------------

Programa/Descrição do motivo	2024	2025
Outro	-	1 (100,00%)

Fonte: Fiplan, elaboração DAV/SGE/SEPLAN

1.1.2.1. Desempenho dos Indicadores de Programa – Avanços e Conformidades

Esta seção apresenta de forma clara e detalhada todos os indicadores de programa que apresentaram evolução positiva. A análise busca identificar práticas/motivos que podem ser replicadas em outras ações governamentais para impulsionar o desempenho dos indicadores. O quadro seguinte apresenta o desempenho dos indicadores de programa do PPA que se destacaram em função das ações do respectivo programa no exercício corrente. Este quadro permite uma comparação do Indicador de Programa, considerando o valor apurado, sua variação e o motivo que contribuiu para o resultado, evidenciando, assim, a efetividade da política pública.

Evolução do Indicador de Programa – Avanços e Conformidades

Programa: 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos

Indicador de Programa: 2170 - Valor do balanço patrimonial decorrente da reavaliação dos imóveis públicos estaduais

Polaridade	Unidade de Medida	Classificação	Ano Referência	Valor de Referência	Valor Apurado		Evolução (%)	
					2024	2025	2024	2025
Positiva	R\$ 1,00	Processo	2022	3.566.954.938,84	9.999.999.999,00	5.125.293.798,99	180,35	43,69

Motivo da Evolução		
Ano	Motivo	Detalhamento do Motivo
2024	Otimização/Aprimoramento de Estratégias ou Formas de Atuação	Reavaliação de imóveis estratégicos que se encontravam subavaliados e inclusos na relação daqueles com cobertura de seguro patrimonial.

2025

Influência de Fatores Operacionais

Houve um aumento de bens imóveis reavaliados e dos seus respectivos valores de avaliação, tendo em vista a constatação sistêmica e fática da desatualização dos registros cadastrais, dados técnicos e situação estrutural. Impactando positivamente nos valores arbitrados para efeito da apólice de seguro.

1.1.2.2. Desempenho dos Indicadores de Programa – Oportunidade de Melhoria

Por outro lado, é de suma importância destacar no relatório de avaliação de desempenho da execução do Plano Plurianual (PPA) as oportunidades de melhoria identificadas na execução dos programas. Esse destaque proporciona uma visão mais abrangente e realista da efetividade das ações e projetos implementados, permitindo, assim, um aprimoramento contínuo no planejamento e execução das políticas públicas. Através da identificação dessas oportunidades de melhoria, é possível corrigir possíveis desvios e falhas no processo de execução do PPA, garantindo maior eficiência e eficácia na aplicação dos recursos. Além disso, o destaque dessas oportunidades de melhoria estimula a transparência e a prestação de contas, demonstrando a preocupação em garantir que o PPA atinja seus objetivos de forma mais efetiva. Ao destacar as oportunidades de melhoria no relatório de avaliação de desempenho, também é possível que os gestores e responsáveis pela execução dos programas tomem conhecimento dessas lacunas e possam propor soluções e ações corretivas adequadas. Isso contribui para aprimorar a qualidade da execução, promovendo um ciclo virtuoso de aprendizado e aperfeiçoamento contínuo. Neste contexto, o quadro a seguir mostra o desempenho dos indicadores de Programa do PPA, que se apresentaram com desempenho insuficiente, decréscimo, não conformidade ou dificuldade encontrada quanto à sua execução ou resultado apresentado, no exercício corrente.

Evolução do Indicador de Programa – Oportunidades de Melhoria

Programa: 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos

Indicador de Programa: 2169 - Taxa de utilização do patrimônio

Polaridade	Unidade de Medida	Classificação	Ano Referência	Valor de Referência	Valor Apurado		Evolução (%)	
					2024	2025	2024	2025
Positiva	percentual	Insumo	2022	89,82	90,00	89,44	0,20	-0,42
Motivo da Evolução								
Ano	Motivo			Detalhamento do Motivo				

2024	Otimização/Aprimoramento de Estratégias ou Formas de Atuação	Incremento da quantidade de vistorias realizadas pela Coordenação de Procedimentos de Engenharia - COPENG, bem como àquelas fornecidas pelos Órgãos de vinculação dos seus respectivos imóveis.
2025	Outro	Houve um incremento de 19 imóveis no quantitativo registrado no SIMOV. Na apuração constatou-se uma elevação para àqueles nas situações OCUPAÇÃO INDEVIDO (+63) e PARCIALMENTE INVADIDO (+12). Noutro ponto, ocorreu redução para DESOCUPADO (-23) e TOTALMENTE INVADIDO (-6).

1.1.4. Desempenho dos Indicadores de Compromisso

A eficácia compreende a verificação, em cada exercício do PPA, do percentual de atingimento da meta do exercício em relação ao valor apurado e planejado do Indicador de Compromisso, com base nas informações registradas no processo de acompanhamento. Após os cálculos da eficácia, os resultados são agrupados por faixas de desempenho. Assim, se a eficácia for menor ou igual a 30%, é considerado desempenho muito baixo; se for maior que 30% e menor ou igual a 50%, é considerado baixo; se for maior que 50% e menor ou igual a 70%, é considerado regular; se for maior que 70% e menor ou igual a 90%, é considerado bom; se for maior que 90% e menor ou igual a 130%, é considerado ótimo; e se for maior que 130%, é considerado desempenho indeterminado. O indicador de compromisso é considerado apto para a avaliação quando é possível avaliar o seu desempenho. O quadro a seguir apresenta a situação do indicador em relação a sua disponibilidade para avaliação e o desempenho do conjunto de Indicadores de Compromisso de cada Programa do PPA 2024-2027, no exercício corrente.

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso

Programas do PPA/Ano	Situação para Avaliação			Desempenho (%)						Não Apto (%)
	Total	Apto	Não Apto	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Indeterminado	
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos										
2024	10	9	1	10,00	0,00	10,00	10,00	40,00	20,00	10
2025	10	9	1	10,00	0,00	20,00	0,00	60,00	0,00	10

Visando qualificar as informações obtidas na apuração, a evolução do Indicador de Compromisso deverá ser explicada a partir da indicação do principal motivo que influenciou ou justificou seu comportamento no exercício de análise, segundo seu desempenho, desdobrados em motivos da superação e motivos do não atingimento. O quadro a seguir mostra a frequência de motivos contributivos para o atingimento do valor planejado das metas dos Indicadores de Compromisso, em cada exercício do período quadrienal (nos anos I, II e III, o parâmetro utilizado como valor planejado do indicador é o valor da pretensão anual e no ano IV, é o valor da meta do PPA).

Motivos que contribuíram para superar o valor planejado do Indicador de Compromisso

Programa/Descrição do motivo	Frequência (%)	
	2024	2025
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos		
OUTRO MOTIVO	-	2 (40,00%)
APORTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS QUE FAVORECERAM A EXECUÇÃO DAS AÇÕES	-	1 (20,00%)
INFLUÊNCIA DE FATORES CONJUNTURAIS	-	1 (20,00%)
INFLUÊNCIA DE FATORES OPERACIONAIS	-	1 (20,00%)
AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA/CAPACIDADE INSTALADA INSTITUCIONAL	1 (16,67%)	-
EM CONFORMIDADE COM O PLANEJADO	4 (66,67%)	-
OTIMIZAÇÃO/ APRIMORAMENTO DE ESTRATÉGIAS OU FORMAS DE ATUAÇÃO	1 (16,67%)	-

Fonte: Fiplan, elaboração DAV/SGE/SEPLAN

O quadro a seguir mostra a frequência de motivos contributivos para o não atingimento do valor planejado das metas dos Indicadores de Compromissos, em cada exercício do período quadrienal (nos anos I, II e III, o parâmetro utilizado como valor planejado do indicador é o valor da pretensão anual e no ano IV, é o valor da meta do PPA)

Motivos que contribuíram para o não atingimento do valor planejado do Indicador de Compromisso

Programa/Descrição do motivo	Frequência (%)	
	2024	2025
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos		
OUTRO MOTIVO	2 (66,67%)	2 (50,00%)
IMPEDIMENTOS DE ORDEM LEGAL/ CONTRATUAL	-	1 (25,00%)
INFLUÊNCIA DE FATORES CONJUNTURAIS	-	1 (25,00%)
DIFICULDADES DE ÂMBITO INSTITUCIONAL	1 (33,33%)	-

Fonte: Fiplan, elaboração DAV/SGE/SEPLAN

A regionalização das metas do Plano Plurianual (PPA) visa garantir que as políticas públicas sejam adaptadas às especificidades de cada Território de Identidade. Essa regionalização permite que os recursos sejam distribuídos de maneira mais equitativa, atendendo às necessidades locais e promovendo o desenvolvimento regional. Isso também facilita o monitoramento e a avaliação dos resultados, assegurando que as ações planejadas estejam realmente contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população em cada território. O Quadro a seguir demonstra o total de indicadores com metas territorializadas e seu desempenho. O normativo legal orienta que a meta seja regionalizada, contudo, quando isto não é possível em função de indivisibilidade da ação governamental, atribui-se o Estado como unidade territorial, que deve representar uma exceção. As faixas para os conceitos no nível territorial foram estabelecidas com base na aplicação dos percentuais das faixas da meta global sobre uma projeção de atingimento de pelo menos 25% da meta territorial no primeiro ano do PPA, 50% no segundo, 75% no terceiro e 100% no último ano do PPA.

Territorialização e eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso

Programa do PPA/Ano/Território de Identidade	Ano	Situação para Avaliação			Desempenho(%)						Não Apto(%)
		Total	Apto	Não Apto	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Indeterminado	
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos											
Estado	2024	7	7	0	14.29	0	42.86	0	0	42.86	0,00

Territorialização e eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso

Programa do PPA/Ano/Território de Identidade	Ano	Situação para Avaliação			Desempenho(%)						Não Apto(%)
		Total	Apto	Não Apto	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Indeter minado	
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos											
Estado	2025	7	0	7	0.00	0	0.00	0	0	0.00	100,00
Metropolitano de Salvador	2024	3	3	0	33.33	0	0.00	0	0	66.67	0,00
Metropolitano de Salvador	2025	3	0	3	0.00	0	0.00	0	0	0.00	100,00

1.1.4.1. Desempenho dos Indicadores de Compromisso - Avanços e Conformidades

A efetividade compreende a verificação, em cada exercício do PPA, do percentual de alcance da meta do exercício em relação ao valor apurado e planejado do Indicador de Compromisso, baseado nas informações registradas no processo de acompanhamento. Após os cálculos da efetividade, os resultados são agrupados em faixas de desempenho. O quadro a seguir mostra o Indicador de Compromisso com desempenho superior a 70% e igual ou inferior a 90%, considerado bom; e se for superior a 90% e igual ou inferior a 130%, considerado ótimo. Além disso, mostra a execução orçamentário-financeira e física das ações orçamentárias associadas às iniciativas do Indicador de Compromisso, mostrando o conceito e evidenciando a compatibilidade ou incompatibilidade entre o desempenho do Indicador de Compromisso e a execução das ações orçamentárias. O quadro também apresenta o montante de recursos associados ao Indicador de Compromisso, as características desse indicador, bem como o comportamento da regionalização da meta e os motivos que contribuíram para o seu alcance no ano e quanto ao cumprimento da Meta do PPA.

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Avanços e Conformidades	
Programa: 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	
Compromisso: 1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público	

Indicador de compromisso: 0001 - Número de imóveis do Poder Executivo legalizados														
Polaridade		Unidade de medida		Classificação		Ano de Referência		Valor de Referência		Meta				
Positiva		un		Produto		2022		153,00		199,00				
Ano	Valor Planejado		Valor Apurado		Eficácia (%)		Eficácia (Conceito)		Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)		Execução Orçamentário-Financeira			
											Conceito		Compatibilidade	
2024	49,00		28,00		57,14		Regular		-		-		-	
2025	51,00		65,00		127,45		Ótimo		-		-		-	
Ano	Motivo da Evolução				Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado									
2024	OUTRO MOTIVO				A conclusão da regularização de um imóvel depende de um conjunto de agentes (advogados, engenheiros, tabeliões e registradores), tornando o procedimento mais demorado. Friza-se que o baixo quadro de servidores cuja dedicação específica é voltada a matéria, reflete diretamente no número de legalizações, uma vez que esses são essenciais na análise documental, na diligência externa e na busca de soluções junto as serventias localizadas na capital e no interior do Estado.									
2025	INFLUÊNCIA DE FATORES OPERACIONAIS				As reiterações dos ofícios junto aos cartórios, tendo como foco as pendências dos exercícios anteriores, bem como alinhamento das diligências cartoriais, ações que contribuíram para o aumento desse indicador.									
Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta														
Considerando a dependência de resposta cartorária e a da elaboração de peças técnicas, verifica-se uma evolução nos procedimentos internos, refletindo no resultado do ano de 2025.														
Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso														
Território		Meta		Valor Apurado				Eficácia (%)						
				2024		2025		2024		2025				
Estado		-		-		65,00		-		-				
Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso														
Nome da Iniciativa						Execução Orçamentário-financeira (Conceito)			Execução Física (Conceito)					
						2024		2025	2024		2025			

0005 - Atualizar o arcabouço legal relativo à gestão dos bens móveis - Não programada na LOA

-

-

-

-

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Avanços e Conformidades

Programa: 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos

Compromisso: 1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público

Indicador de compromisso: 0002 - Número de imóveis vistoriados identificados como integrantes do patrimônio do Estado

Polaridade		Unidade de medida		Classificação	Ano de Referência		Valor de Referência		Meta	
Positiva		un		Processo	2022		1.261,00		1.387,00	
Ano	Valor Planejado	Valor Apurado	Eficácia (%)	Eficácia (Conceito)	Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)	Execução Orçamentário-Financeira				
						Conceito	Compatibilidade			
2024	367,00	882,00	240,33	Indeterminado	-	-	-			
2025	1.135,00	1.354,00	119,30	Ótimo	-	-	-			
Ano	Motivo da Evolução		Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado							
2024	AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA/CAPACIDADE INSTALADA INSTITUCIONAL		O incremento no quadro de servidores, a aquisição de novos equipamentos técnicos, melhoria na logística de transporte para a realização das vistorias e o plano de trabalho estabelecido, possibilitaram a realização de visitas em uma maior quantidade de imóveis por viagem, potencializando os resultados obtidos.							
2025	OUTRO MOTIVO		A reestruturação da equipe, com quadro de servidores completo, novos equipamentos técnicos, melhoria na logística de transporte para a realização das vistorias e o plano de trabalho estabelecido, possibilitaram a realização de visitas em uma maior quantidade de imóveis por viagem, potencializando os resultados obtidos.							
Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta										

No ano de 2024 houve uma quantidade atípica, considerando grande números de imóveis na Vila Muritiba e na Vila Juazeiro cadastrados no SIMOV. Houve uma repactuação dos quantitativos planejados para 2025 e 2026, saindo de 707 e 1.047 para 1.135 e 1.387, respectivamente. Ainda assim, o indicador está a 33 vistorias para atingir a meta de 2026, com excelentes perspectivas de superação da mesma.

Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso					
Território	Meta	Valor Apurado		Eficácia (%)	
		2024	2025	2024	2025
Estado	-	-	1.354,00	-	-
Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso					
Nome da Iniciativa		Execução Orçamentário-financeira (Conceito)		Execução Física (Conceito)	
		2024	2025	2024	2025
0002 - Realizar censo dos imóveis do Poder Executivo Estadual - Não programada na LOA		-	-	-	-
0006 - Ampliar as ações de articulação junto aos órgãos, visando o aprimoramento da gestão, da guarda e do desfazimento do patrimônio - Não programada na LOA		-	-	-	-

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Avanços e Conformidades							
Programa: 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos							
Compromisso: 1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público							
Indicador de compromisso: 0003 - Número de imóveis do Poder Executivo Estadual sem utilização com destinação							
Polaridade		Unidade de medida	Classificação	Ano de Referência	Valor de Referência	Meta	
Positiva		un	Produto	2022	352,00	458,00	
Ano	Valor Planejado	Valor Apurado	Eficácia (%)	Eficácia (Conceito)	Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)	Execução Orçamentário-Financeira	
						Conceito	Compatibilidade
2024	98,00	386,00	393,88	Indeterminado	2.723,83	Ótimo	Não
2025	429,00	524,00	122,14	Ótimo	6.885,73	Regular	Não

Ano	Motivo da Evolução	Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado
2024	OTIMIZAÇÃO/ APRIMORAMENTO DE ESTRATÉGIAS OU FORMAS DE ATUAÇÃO	Foi necessário buscar estratégias de produção, acompanhamento e controle dos processos para obter os resultados expostos, haja vista a impactante redução da equipe técnica.
2025	OUTRO MOTIVO	Foram mantidas as estratégias de produção, acompanhamento e controle dos processos para obter os resultados expostos, buscando reforçar a Equipe Técnica.

Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta

Avalia-se positivamente o resultado apurado em 2025, tendo em vista a superação de 14,41% em relação ao valor planejado para a meta do indicador no quadriênio, demonstrando desempenho superior ao previsto.

Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso

Território	Meta	Valor Apurado		Eficácia (%)	
		2024	2025	2024	2025

Estado	-	-	524,00	-	-
--------	---	---	--------	---	---

Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso

Nome da Iniciativa	Execução Orçamentário-financeira (Conceito)		Execução Física (Conceito)	
	2024	2025	2024	2025

0001 - Aperfeiçoar a gestão do patrimônio imobiliário da Administração Direta do Poder Executivo Estadual	Bom	Bom	Ótimo	Regular
---	-----	-----	-------	---------

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Avanços e Conformidades

Programa: 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos

Compromisso: 2 - Aperfeiçoar a governança das compras e contratações públicas do Poder Executivo Estadual

Indicador de compromisso: 0001 - Percentual de implementação do Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos

Polaridade		Unidade de medida		Classificação	Ano de Referência		Valor de Referência		Meta		
Positiva		%		Processo		2023		0,00		100,00	
Ano	Valor Planejado	Valor Apurado	Eficácia (%)	Eficácia (Conceito)	Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)	Execução Orçamentário-Financeira					
						Conceito	Compatibilidade				
2024	45,00	45,00	100,00	Ótimo	936,00	Ótimo	Sim				
2025	95,00	96,50	101,58	Ótimo	4.371,50	Bom	Sim				
Ano	Motivo da Evolução			Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado							
2024	EM CONFORMIDADE COM O PLANEJADO			Após a SAEB ter participado das tratativas na avaliação do grau de maturidade do Governo da Bahia na Gestão de Aquisições e Materiais, decorrente do Projeto PROFISCO II da SEFAZ, foi firmado Termo de Cooperação entre a SAEB e SEFAZ para possibilitar o patrocínio pelo BID. Assim, foi realizada a licitação nos parâmetros do BID, na modalidade denominada SBQC (Seleção Baseada na Qualidade e Custo) que culminou na contratação de uma empresa de consultoria especializada em gestão pública, visando o desenvolvimento de ações para definição das diretrizes e implantação de um novo modelo de gestão dos processos de logística de suprimentos no Poder Executivo da Bahia, possibilitando que as fases do Projeto foram totalmente concluídas dentro do previsto no cronograma do Plano de Trabalho.							
2025	APORTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS QUE FAVORECERAM A EXECUÇÃO DAS AÇÕES			Após a SAEB ter participado das tratativas na avaliação do grau de maturidade do Governo da Bahia na Gestão de Aquisições e Materiais, decorrente do Projeto PROFISCO II da SEFAZ, foi firmado Termo de Cooperação entre a SAEB e SEFAZ para possibilitar o patrocínio pelo BID. Assim, foi realizada a licitação nos parâmetros do BID, na modalidade denominada SBQC (Seleção Baseada na Qualidade e Custo) que culminou na contratação de uma empresa de consultoria especializada em gestão pública, visando o desenvolvimento de ações para definição das diretrizes e implantação de um novo modelo de gestão dos processos de logística de suprimentos no Poder Executivo da Bahia, possibilitando que as fases do Projeto sejam totalmente concluídas dentro do previsto no cronograma do Plano de Trabalho.							
Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta											
Para atendimento deste compromisso, está sendo conduzido o Projeto do Sistema Integrado de Logística que visa à definição e implantação das diretrizes do novo modelo de gestão dos processos de logística de suprimentos no Poder Executivo da Bahia (indicador 01), operacionalizado por meio de um Sistema Integrado de Logística (indicador 02). Para implementação do Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos (indicador 01) foi realizada a contratação de uma empresa de consultoria para executar 4 grandes entregas (fases): 1. Elaboração do Plano de Trabalho; 2. Mapeamento dos processos de logística de suprimentos; 3. Definição do Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos; e 4. Implantação do Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos. Até o presente momento foi executado 100% das entregas planejadas para os anos de 2024 e 2025, todas concluídas dentro dos prazos previstos no Plano de Trabalho, com pequenos ajustes inerentes à gestão do projeto, permanecendo viável a implementação do Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos até dezembro do Ano 4 do PPA.											
Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso											

Território	Meta	Valor Apurado		Eficácia (%)	
		2024	2025	2024	2025
Estado	-	-	96,50	-	-
Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso					
Nome da Iniciativa		Execução Orçamentário-financeira (Conceito)		Execução Física (Conceito)	
		2024	2025	2024	2025
0001 - Implementar o Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos do Poder Executivo Estadual		Ótimo	Bom	Muito Baixo	Muito Baixo

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Avanços e Conformidades

Programa: 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos

Compromisso: 4 - Implementar o Plano Diretor do Centro Administrativo da Bahia (CAB)

Indicador de compromisso: 0001 - Percentual de implementação do Plano Diretor do Centro Administrativo da Bahia(CAB)

Polaridade		Unidade de medida		Classificação	Ano de Referência	Valor de Referência	Meta	
Positiva		%		Processo	2022	65,00	100,00	
Ano	Valor Planejado	Valor Apurado	Eficácia (%)	Eficácia (Conceito)	Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)	Execução Orçamentário-Financeira		
						Conceito	Compatibilidade	
2024	65,00	65,00	100,00	Ótimo	-	-	-	
2025	70,00	65,00	92,86	Ótimo	-	-	-	
Ano	Motivo da Evolução		Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado					
2024	EM CONFORMIDADE COM O PLANEJADO		Execução de ações transversais.					

2025	INFLUÊNCIA DE FATORES CONJUNTURAIS	A execução de ações transversais.
------	------------------------------------	-----------------------------------

Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta

O Plano Diretor é um instrumento primordial para o processo de planejamento da implantação de políticas de desenvolvimento urbano, orientando a ação de agentes públicos e privados. Visa elaborar premissas para organizar o uso do solo, das redes de infraestrutura e dos elementos fundamentais da estrutura urbana. Ele estabelece os objetivos, prazos e as atividades que devem ser executadas, explicitando as competências dos entes envolvidos, por isso necessita de um esforço conjunto para definição dos parâmetros que faltam para sua continuidade.

Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso					
Território	Meta	Valor Apurado		Eficácia (%)	
		2024	2025	2024	2025

Metropolitano de Salvador	-	-	65,00	-	-
---------------------------	---	---	-------	---	---

Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso				
Nome da Iniciativa	Execução Orçamentário-financeira (Conceito)		Execução Física (Conceito)	
	2024	2025	2024	2025

0001 - Instituir o Plano Diretor do Centro Administrativo da Bahia (CAB)	-	-	Muito Baixo	Muito Baixo
--	---	---	-------------	-------------

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Avanços e Conformidades

Programa: 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos

Compromisso: 5 - Promover a acessibilidade dos prédios públicos no Centro Administrativo da Bahia (CAB)

Indicador de compromisso: 0001 - Percentual de implantação de acessibilidade externa dos prédios públicos localizados no Centro Administrativo do Estado da Bahia (CAB) sob a gestão do Poder Executivo Estadual					
Polaridade	Unidade de medida	Classificação	Ano de Referência	Valor de Referência	Meta
Positiva	%	Produto	2022	12,00	24,00

Ano	Valor Planejado	Valor Apurado	Eficácia (%)	Eficácia (Conceito)	Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)	Execução Orçamentário-Financeira	
						Conceito	Compatibilidade
2024	12,00	12,00	100,00	Ótimo	-	-	-
2025	18,00	18,00	100,00	Ótimo	-	-	-
Ano	Motivo da Evolução		Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado				
2024	EM CONFORMIDADE COM O PLANEJADO		A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, incluindo a acessibilidade nas obras públicas. A lei estabelece que a Administração Pública deve garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em todos os prédios que constrói, utiliza ou de que é proprietária.				
2025	INFLUÊNCIA DE FATORES CONJUNTURAIS		A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, incluindo a acessibilidade nas obras públicas. A lei estabelece que a Administração Pública deve garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em todos os prédios que constrói, utiliza ou de que é proprietária.				
Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta							
Valor superado em razão das questões conjunturais, como a obrigatoriedade da acessibilidade nos projetos e obras.							
Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso							
Território	Meta	Valor Apurado			Eficácia (%)		
		2024	2025		2024	2025	
Metropolitano de Salvador	-	-	18,00		-	-	-
Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso							
Nome da Iniciativa				Execução Orçamentário-financeira (Conceito)		Execução Física (Conceito)	
				2024	2025	2024	2025
0001 - Adequar a acessibilidade externa dos prédios públicos do Centro Administrativo da Bahia (CAB) aos padrões normativos				-	-	-	-

1.1.4.2. Desempenho dos Indicadores de Compromisso – Oportunidade de Melhoria

Em contraponto ao apresentado na seção anterior. O quadro a seguir mostra o Indicador de Compromisso com desempenho inferior a 70% ou superior a 130%. São os indicadores considerados com desempenho regular, baixo, muito baixo ou indeterminado. Além disso, o Quadro também mostra a execução orçamentário-financeira e física das ações orçamentárias associadas às iniciativas do Indicador de Compromisso, apresentando o seu desempenho e evidenciando a compatibilidade ou incompatibilidade entre o desempenho do Indicador de Compromisso e a execução das ações orçamentárias. O Quadro também apresenta o montante de recursos associados ao Indicador de Compromisso, as características desse indicador, bem como o comportamento da regionalização da meta e os motivos que contribuíram para o seu alcance no ano, assim como o cumprimento da Meta do PPA. As oportunidades de melhoria são evidenciadas caso a eficácia não seja classificada como boa ou ótima.

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Oportunidade de Melhoria

Programa: 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos

Compromisso: 1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público

Indicador de compromisso: 0004 - Percentual de implementação do Programa de Manutenção Preventiva de Prédios Públicos do Centro Administrativo da Bahia (CAB) sob a gestão estadual

Polaridade		Unidade de medida		Classificação		Ano de Referência		Valor de Referência		Meta				
Positiva		%		Processo		2023		0,00		100,00				
Ano	Valor Planejado		Valor Apurado		Eficácia (%)		Eficácia (Conceito)		Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)		Execução Orçamentário-Financeira			
											Conceito		Compatibilidade	
2024	15,00		15,00		100,00		Ótimo		-		-		-	
2025	40,00		25,00		62,50		Regular		85.736,02		Regular		Sim	
Ano	Motivo da Evolução				Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado									
2024	EM CONFORMIDADE COM O PLANEJADO				Dotação financeira resultou na execução dos serviços programados de manutenção preventiva.									
2025	OUTRO MOTIVO				A dotação financeira resulta na execução dos serviços programados de manutenção preventiva.									
Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta														

A meta poderá ser alcançada havendo ações de sensibilização e mobilização das unidades que ainda não repassam informações para a Saeb.

Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso					
Território	Meta	Valor Apurado		Eficácia (%)	
		2024	2025	2024	2025

Estado	-	-	25,00	-	-
--------	---	---	-------	---	---

Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso				
Nome da Iniciativa	Execução Orçamentário-financeira (Conceito)		Execução Física (Conceito)	
	2024	2025	2024	2025

0004 - Implantar programa para manutenção preventiva e de conservação dos prédios públicos - Não programada na LOA	-	-	-	-
--	---	---	---	---

0007 - Prestar assessoramento e fiscalização para adequação física em unidades administrativas e operacionais do Poder Executivo	-	Bom	-	Regular
--	---	-----	---	---------

0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo	-	Regular	-	Baixo
--	---	---------	---	-------

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Oportunidade de Melhoria

Programa: 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos

Compromisso: 3 - Promover a eficiência da gestão patrimonial com o uso de modelagem de informação da construção

Indicador de compromisso: 0001 - Percentual de implementação do Sistema de Modelagem da Construção nas unidades sob a gestão da Secretaria da Administração (Saeb)

Polaridade	Unidade de medida	Classificação	Ano de Referência	Valor de Referência	Meta
Positiva	%	Processo	2023	0,00	100,00
					Execução Orçamentário-Financeira

Ano	Valor Planejado	Valor Apurado	Eficácia (%)	Eficácia (Conceito)	Valor Liquidado (R\$	Conceito	Compatibilidade
2024	20,00	16,85	84,25	Bom	-	-	-
2025	50,00	30,19	60,38	Regular	-	-	-
Ano	Motivo da Evolução		Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado				
2024	DIFICULDADES DE ÂMBITO INSTITUCIONAL		Não temos gestão no prazo de análise da PGE.				
2025	IMPEDIMENTOS DE ORDEM LEGAL/CONTRATUAL	Devido à nova lei de licitações o processo de aquisição das licenças necessitou de vários ajustes para sua publicação.					
Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta							
O Projeto Estratégico BIM da SUPAT tem avançado de forma estruturada, consolidando bases sólidas para a modernização da gestão patrimonial e de obras no Estado. A continuidade das ações destacadas garantirá a plena adoção do BIM, promovendo ganhos de eficiência, qualidade técnica e transparência nos processos públicos.							
Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso							
Território	Meta	Valor Apurado			Eficácia (%)		
		2024	2025		2024	2025	
Estado	-	-	30,19		-		-
Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso							
Nome da Iniciativa				Execução Orçamentário-financeira (Conceito)		Execução Física (Conceito)	
				2024	2025	2024	2025
0001 - Implementar o sistema de modelagem da informação para obras e gestão patrimonial				-	-	Muito Baixo	Muito Baixo
Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Oportunidade de Melhoria							
Programa: 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos							

Compromisso: 6 - Fomentar o uso racional de água e energia nos prédios públicos do Poder Executivo Estadual

Indicador de compromisso: 0001 - Percentual de implementação do Programa de Sustentabilidade do uso racional da água e energia nos prédios públicos do Centro Administrativo do Estado da Bahia (CAB)									
Polaridade		Unidade de medida		Classificação	Ano de Referência		Valor de Referência	Meta	
Positiva		%		Processo	2023		0,00	100,00	
Ano	Valor Planejado		Valor Apurado	Eficácia (%)	Eficácia (Conceito)	Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)	Execução Orçamentário-Financeira		
							Conceito	Compatibilidade	
2024	10,00		0,00	0,00	Muito Baixo	-	-	-	
2025	10,00		0,00	0,00	Muito Baixo	-	-	-	
Ano	Motivo da Evolução			Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado					
2024	OUTRO MOTIVO			O programa está em fase de redirecionamento da unidade responsável.					
2025	OUTRO MOTIVO			O programa está em fase de redirecionamento da unidade responsável.					
Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta									
O programa está em fase de redirecionamento da unidade responsável.									
Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso									
Território		Meta		Valor Apurado		Eficácia (%)			
				2024	2025	2024		2025	
Metropolitano de Salvador		-		-		0,00		-	
Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso									
Nome da Iniciativa					Execução Orçamentário-financeira (Conceito)		Execução Física (Conceito)		
					2024	2025	2024		2025

0001 - Reestruturar o Programa de Sustentabilidade voltado para a utilização eficiente dos recursos naturais - Não programada na LOA	-	-	-	-
0002 - Fomentar parcerias para capacitação de equipes quanto ao uso eficiente de água e energia nos órgãos e entidades públicas - Não programada na LOA	-	-	-	-
0003 - Fomentar a racionalização dos recursos naturais através do uso de tecnologias	-	-	-	-

1.1.5. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física

O índice de execução orçamentário-financeira é o percentual de execução orçamentário-financeira das Ações Orçamentárias, levando em consideração o valor liquidado em relação ao valor orçado ao final do exercício. Por outro lado, o Índice de Execução Física é o percentual de execução física das Ações Orçamentárias, calculado com base na quantidade programada na LOA e concluída (soma das entregas com e sem pendência) em relação à quantidade programada na LOA ao final do exercício. Durante a análise da execução orçamentária-financeira e física das Ações Orçamentárias, elas são agrupadas em faixas de desempenho. Dessa forma, se o índice de execução for menor ou igual a 30%, é considerado desempenho muito baixo; se for maior que 30% e menor ou igual a 50%, é considerado baixo; se for maior que 50% e menor ou igual a 70%, é considerado regular; se for maior que 70% e menor ou igual a 90%, é considerado bom; se for maior que 90%, é considerado ótimo. O quadro a seguir mostra o desempenho das execuções orçamentário-financeira e física do conjunto das Ações orçamentárias do Programa do PPA 2024-2027, em cada exercício do período quadrienal, distribuído entre os montantes de recursos orçamentários previstos e executados e as respectivas faixas de desempenho.

Execução Orçamentário-Financeira e Física por Programa do PPA

Programa/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)						Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
							Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos																
2024	152.855,76	236.017,35	10.000,00	130.134,08	128.951,10	55,14	0,00	31,25	18,75	25,00	25,00	38,89	27,78	0,00	5,56	27,78
2025	173.804,60	243.946,59	0,00	150.668,86	149.740,37	61,76	5,56	22,22	27,78	33,33	11,11	38,10	19,05	4,76	0,00	38,10

Para a análise de compatibilidade entre as realizações e os recursos aplicados, são utilizadas métricas que visam demonstrar se as execuções orçamentário-financeiras e físicas têm uma execução equilibrada. Nas Ações Orçamentárias em que houver diferença entre a execução orçamentário-financeira e física maior que 30%, será registrado um motivo explicativo que ocasionou a não compatibilidade. O quadro a seguir mostra a frequência de motivos contributivos para a ocorrência de não compatibilidade entre as execuções orçamentário-financeiras e físicas do conjunto das Ações Orçamentárias do Programa do PPA 2024-2027 em cada exercício do período quadrienal.

Motivos que contribuíram ou favoreceram para a não compatibilidade entre as execuções orçamentário-financeira e física dos Programas do PPA

Descrição do motivo	Frequência (%)	
	2024	2025
Descreva o motivo, não identificado nos itens anteriores, que influenciou a defasagem apresentada	-	45(100,00%)

Em conformidade com a Lei Estadual nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014, que estabelece a política de desenvolvimento territorial da Bahia, o PPA 2024-2027 traz, além da regionalização das metas, uma abordagem territorial que considera a diversidade cultural, ambiental, econômica e social existente no Estado, e que possibilitou a participação social no ciclo de planejamento e gestão das políticas públicas. Neste contexto, na execução do PPA, os recursos orçamentários e financeiros devem ser alocados nos Territórios de Identidade, ou em seus municípios integrantes, exceto quando o

gasto abrange todo o estado, tornando-o indivisível sob a perspectiva espacial. Portanto, o quadro a seguir mostra o desempenho das execuções orçamentárias e financeiras, bem como físicas, do conjunto das Ações orçamentárias do Programa do PPA 2024-2027 nos Territórios de Identidade em cada exercício do período quadrienal. Ele distribui os montantes de recursos orçamentários previstos e executados, junto com as respectivas faixas de desempenho. A ausência de recursos financeiros destinados aos Territórios de Identidade, apesar da realização física, ocorre devido à alocação dos recursos financeiros no Território de Identidade Estado, embora as entregas tenham sido realizadas em diversos Territórios de Identidade.

Execução Orçamentário-Financeira e Física dos Programas do PPA, por Território de Identidade

Ano/Território de Identidade	Valores em R\$1.000,00		Execução (%)	Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
				Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
	Orçado ao final do exercício	Liquidado		Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
Bacia do Jacuípe													
2024	11,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
2025	683,86	479,01	70,04	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Bacia do Paramirim													
2024	30,85	29,47	95,52	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bacia do Rio Corrente													
2024	7,07	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-
2025	204,65	4,63	2,26	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Bacia do Rio Grande													
2024	515,12	100,25	19,46	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00

Ano/Território de Identidade	Valores em R\$1.000,00		Execução (%)	Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
				Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
	Orçado ao final do exercício	Liquidado		Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
2025	570,10	98,30	17,24	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baixo Sul													
2024	526,00	22,43	4,26	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
2025	349,33	192,17	55,01	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Chapada Diamantina													
2024	99,58	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	493,77	324,86	65,79	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Costa do Descobrimento													
2024	1.210,83	102,88	8,50	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	1.120,52	669,43	59,74	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Estado													
2024	110.441,65	61.648,25	55,82	10,00	10,00	20,00	30,00	30,00	54,55	0,00	0,00	9,09	36,36
2025	125.693,76	79.145,58	62,97	18,18	0,00	27,27	45,45	9,09	37,50	12,50	0,00	12,50	37,50

Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo | PPA 2024-2027 | Ano II - 2025 38

Execução Orçamentário-Financeira e Física dos Programas do PPA, por Território de Identidade

Ano/Território de Identidade	Valores em R\$1.000,00		Execução (%)	Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
				Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
	Orçado ao final do exercício	Liquidado		Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
2024	2.645,39	1.618,99	61,20	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00
2025	404,91	59,59	14,72	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	33,33	0,00	0,00	0,00	66,67
Irecê													
2024	101,59	90,98	89,56	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	68,58	42,71	62,27	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Itaparica													
2024	1.836,53	1.813,59	98,75	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
2025	212,23	212,23	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Litoral Norte e Agreste Baiano													
2024	430,12	409,71	95,26	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	386,35	386,35	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Litoral Sul													
2024	944,10	882,60	93,49	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
2025	1.327,42	1.313,42	98,95	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	66,67	33,33	0,00	0,00	0,00
Metropolitano de Salvador													

Execução Orçamentário-Financeira e Física dos Programas do PPA, por Território de Identidade

Ano/Território de Identidade	Valores em R\$1.000,00		Execução (%)	Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
				Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
	Orçado ao final do exercício	Liquidado		Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
2024	111.254,78	59.510,26	53,49	14,29	28,57	28,57	14,29	14,29	46,15	15,38	0,00	7,69	30,77
2025	94.503,46	52.460,75	55,51	0,00	50,00	25,00	12,50	12,50	33,33	13,33	13,33	0,00	40,00
Médio Rio de Contas													
2024	1.197,08	906,27	75,71	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
2025	4.951,80	4.097,59	82,75	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Médio Sudoeste da Bahia													
2024	18,78	8,78	46,73	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
2025	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piemonte Norte do Itapicuru													
2024	1,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	703,96	673,78	95,71	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Piemonte da Diamantina													
2024	955,66	950,66	99,48	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
2025	290,48	43,48	14,97	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00

Piemonte do Paraguaçu

Execução Orçamentário-Financeira e Física dos Programas do PPA, por Território de Identidade

Ano/Território de Identidade	Valores em R\$1.000,00		Execução (%)	Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
				Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
	Orçado ao final do exercício	Liquidado		Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
2024	588,72	261,91	44,49	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	1.734,06	964,12	55,60	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Portal do Sertão													
2024	659,21	474,81	72,03	66,67	0,00	0,00	0,00	33,33	0,00	25,00	25,00	0,00	50,00
2025	770,95	649,35	84,23	25,00	0,00	0,00	25,00	50,00	66,67	16,67	0,00	0,00	16,67
Recôncavo													
2024	20,40	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
2025	3.486,72	3.482,73	99,89	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00
Semiárido Nordeste II													
2024	24,36	3,96	16,25	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
2025	30,32	30,32	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Sertão Produtivo													
2024	715,35	503,00	70,31	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
2025	1.374,12	1.350,03	98,25	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sertão do São Francisco													

[illegible]

Visando fornecer informações detalhadas sobre o comportamento da execução orçamentário-financeira e física no contexto dos objetivos do Programa, o quadro abaixo demonstra o desempenho dessa execução por Compromisso do Programa, evidenciando o desempenho agregado do conjunto de ações orçamentárias associadas ao Compromisso.

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Compromisso

Compromisso/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
446-C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público									
2024	75.098,00	146.701,74	5.000,00	82.762,88	81.910,98	56,42	Regular	54,01	Regular
2025	103.089,00	150.393,50	0,00	92.621,75	91.827,68	61,59	Regular	55,18	Regular
446-C2 - Aperfeiçoar a governança das compras e contratações públicas do Poder Executivo Estadual									
2024	75.557,76	99.315,61	5.000,00	47.371,20	47.040,12	47,70	Baixo	46,30	Baixo
2025	69.715,60	93.553,08	0,00	58.047,11	57.912,69	62,05	Regular	54,64	Regular
446-C3 - Promover a eficiência da gestão patrimonial com o uso de modelagem de informação da construção									
2024	1.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	Muito Baixo
2025	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	Muito Baixo
446-C4 - Implementar o Plano Diretor do Centro Administrativo da Bahia (CAB)									
2024	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	Muito Baixo
2025	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	Muito Baixo
446-C5 - Promover a acessibilidade dos prédios públicos no Centro Administrativo da Bahia (CAB)									

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Compromisso

Compromisso/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	Muito Baixo
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	Muito Baixo
446-C6 - Fomentar o uso racional de água e energia nos prédios públicos do Poder Executivo Estadual									
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	Muito Baixo
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	Muito Baixo

A Iniciativa expressa a ação essencial do governo para consecução do Compromisso. Portanto, no quadro a seguir, são apresentados os dados sobre a execução orçamentário- financeira e física da Iniciativa, evidenciando o desempenho do conjunto das ações orçamentárias associadas à mesma.

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Iniciativa

Iniciativa/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
446-C1 - I0001 - Aperfeiçoar a gestão do patrimônio imobiliário da Administração Direta do Poder Executivo Estadual									
2024	4.220,00	2.793,11	0,00	2.723,83	2.697,51	97,52	Ótimo	100,00	Ótimo
2025	7.200,00	10.960,30	0,00	6.885,73	6.775,24	62,82	Regular	66,67	Regular

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Iniciativa

Iniciativa/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
446-C1 - I0007 - Prestar assessoramento e fiscalização para adequação física em unidades administrativas e operacionais do Poder Executivo									
2024	11.836,00	13.322,93	0,00	11.553,23	11.397,12	86,72	Bom	100,00	Ótimo
2025	22.350,00	19.660,78	0,00	17.644,74	17.450,19	89,75	Bom	66,66	Regular
446-C1 - I0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo									
2024	59.042,00	130.585,71	5.000,00	68.485,83	67.816,34	52,45	Regular	27,73	Muito Baixo
2025	73.539,00	119.772,43	0,00	68.091,28	67.602,25	56,85	Regular	48,00	Baixo
446-C1 - I0009 - Operacionalizar o sistema de telefonia no Centro Administrativo da Bahia (CAB)									
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
446-C2 - I0001 - Implementar o Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos do Poder Executivo Estadual									
2024	100,00	936,00	0,00	936,00	936,00	100,00	Ótimo	0,00	Muito Baixo
2025	3.168,00	5.646,33	0,00	4.371,50	4.371,50	77,42	Bom	0,00	Muito Baixo
446-C2 - I0002 - Implementar o Sistema Integrado de Logística									
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
2025	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	Muito Baixo

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Iniciativa

Iniciativa/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
446-C2 - I0005 - Fomentar a participação das empresas locais nas licitações de Registro de Preço									
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
446-C2 - I0006 - Aprimorar o conhecimento técnico dos pregoeiros e integrantes das comissões de licitação									
446-C2 - I0006 - Aprimorar o conhecimento técnico dos agentes de contratação e membros das comissões de contratação									
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
446-C2 - I0007 - Aparelhar unidades do Poder Executivo Estadual									
2024	75.457,76	98.379,61	5.000,00	46.435,20	46.104,12	47,20	Baixo	57,88	Regular
2025	66.047,60	87.906,75	0,00	53.675,61	53.541,19	61,06	Regular	81,96	Bom
446-C2 - I0009 - Gerenciar a frota de veículos do Poder Executivo Estadual									
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
446-C3 - I0001 - Implementar o sistema de modelagem da informação para obras e gestão patrimonial									
2024	1.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	Muito Baixo

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Iniciativa

Iniciativa/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
2025	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	Muito Baixo
446-C4 - I0001 - Instituir o Plano Diretor do Centro Administrativo da Bahia (CAB)									
2024	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	Muito Baixo
2025	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	Muito Baixo
446-C5 - I0001 - Adequar a acessibilidade externa dos prédios públicos do Centro Administrativo da Bahia (CAB) aos padrões normativos									
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
446-C6 - I0003 - Fomentar a racionalização dos recursos naturais através do uso de tecnologias									
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-

O quadro a seguir mostra as iniciativas do programa para as quais houve programação de ação orçamentária. Assim, apresenta o relato sobre como essa iniciativa se relaciona com o alcance dos objetivos definidos nos Compromissos do Programa ou a situação da sua implementação.

Iniciativas do Programa do PPA com Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
446-C1 - I0001 - Aperfeiçoar a gestão do patrimônio imobiliário da Administração Direta do Poder Executivo Estadual	
2024	Em 2024, foi definida a modalidade de Credenciamento para a contratação de empresas especializadas para apoio na regularização imobiliária, além da participação na elaboração de normativos referentes a outorga de uso, alienação, desapropriação e doação.
2025	Para a regularização imobiliária, foi instituído grupo de trabalho com a finalidade de elaborar estudo visando à contratação de pessoa jurídica especializada, tendo sido produzido o Termo de Referência em dezembro de 2024. Também foi elaborada minuta do normativo de doação, validada pela Diretora em 09/04/2025. O Processo SEI nº 009.0208.2024.0051919-31 foi encaminhado à PGE em 23/04/2025, onde aguarda análise e manifestação. Para as Outorgas, temos o Decreto nº 23.427/2025 que se refere a regulamentação do art. 40 da Lei nº 14.634/2023, que trata sobre os requisitos para a outorga de uso de bens públicos a terceiros, no âmbito da Administração Pública Estadual. Já para Alienação, o Decreto nº 23.344//2024 que se refere a regulamentação sobre os procedimentos para licitação na modalidade leilão. Quanto a desapropriação de imóveis, temos a Instrução Conjunta SAEB/PGE Nº 001/2025, , que estabelece o procedimento administrativo por utilidade pública, necessidade pública ou interesse social, bem como para a indenização de acessões e benfeitorias.
446-C1 - I0007 - Prestar assessoramento e fiscalização para adequação física em unidades administrativas e operacionais do Poder Executivo	
2024	Em 2024, foi realizado o acompanhamento de 1.840 processos com demandas de serviços de manutenção, além de 28 obras em unidades do Estado.
2025	Em 2025 foram acompanhadas 1.155 processos com demandas de serviços de manutenção e 17 obras em unidades do Estado.
446-C1 - I0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo	
2024	Neste período, 740 novas demandas para adequações das unidades foram geradas, totalizando um investimento de R\$ 136.962.285,00.
2025	Em 2025 foram geradas 750 novas demandas para adequações das unidades totalizando um investimento de R\$ 136.250.291,14.
446-C1 - I0009 - Operacionalizar o sistema de telefonia no Centro Administrativo da Bahia (CAB)	
2024	Tratasse de uma atividade continua, manutenção e operação do sistema de telefonia do Centro Administrativo da Bahia.
2025	Trata-se de atividade de execução contínua, manutenção e operação do sistema de telefonia do Centro Administrativo da Bahia.
446-C2 - I0001 - Implementar o Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos do Poder Executivo Estadual	

Iniciativas do Programa do PPA com Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
2024	Está sendo conduzido o Projeto do Sistema Integrado de Logística que visa à definição e implantação das diretrizes do novo modelo de gestão dos processos de logística de suprimentos no Poder Executivo da Bahia (iniciativa 01), operacionalizado por meio de um Sistema Integrado de Logística (iniciativa 02). Para implementação do Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos (iniciativa 01) foi realizada a contratação de uma empresa de consultoria para executar 04 grandes entregas (fases): 1. Elaboração do Plano de Trabalho; 2. Mapeamento dos processos de logística de suprimentos; 3. Definição do Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos; e 4. Implantação do Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos. A primeira entrega, o Plano de trabalho, foi cumprida em julho/24, no qual foi definido também o cronograma de execução e o plano de comunicação. A segunda entrega, o Mapeamento dos Processos de Logística de Suprimentos, foi concluída na primeira quinzena de outubro/24, com a realização de 109 workshops, 286 servidores entrevistados, resultando em 171 processos mapeados (137 processos de contratação direta e 34 processos de licitação). A terceira entrega, a Definição do Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos, foi iniciada na segunda quinzena de outubro/24 com previsão de término em março de 2025, onde iniciou-se as discussões para definição das diretrizes, objetivos e indicadores do Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos.
2025	Dando continuidade a entrega do Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos, em 2025, foram conduzidas a fase de definição do Plano e iniciada sua implantação. Assim, em dezembro foi entregue as diretrizes do novo modelo de gestão dos Processos de Logística de Suprimentos. E com o início da implantação desse Plano Estratégico, já foram elaborados os Planos de Comunicação e Capacitação que constituem documentos desta fase, bem como, realizado em novembro, o Fórum Baiano de Compras Públicas, no Hotel Deville Prime e transmitido de forma on-line, para todas as unidades do Estado, marcando o início da implantação do novo modelo de compras do Estado. O evento reuniu cerca de 700 participantes entre servidores e gestores públicos, marcando também, o lançamento do Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos do Estado. A finalização total desta iniciativa está prevista para o início de 2026.
446-C2 - I0002 - Implementar o Sistema Integrado de Logística	
2024	O Projeto Sistema de Logística é composto por três etapas, conforme detalhado a seguir: 01 - Implantação do Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos - previsão para fevereiro de 2026. 02- Levantamento dos Requisitos do Sistema - previsão para março de 2027. 03 - Implantação do Sistema Integrado de Logística. Assim, essa iniciativa só será iniciada após a conclusão das etapas mencionadas, que servirão como base estruturante para as fases de implantação do Sistema.
2025	O Projeto Sistema Integrado de Logística é composto por três etapas, conforme detalhado a seguir: 01 - Implantação do Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos; 02 - Levantamento dos Requisitos do Sistema; 03 - Implantação do Sistema Integrado de Logística. Assim, essa iniciativa terá início com o levantamento dos requisitos do sistema, que será após a conclusão da primeira etapa, prevista para o 1º trimestre de 2026.
446-C2 - I0005 - Fomentar a participação das empresas locais nas licitações de Registro de Preço	
2024	Esta iniciativa teve início em setembro de 2024, com a realização de estudo da participação das empresas locais nas compras públicas. Para tanto, foram cumpridas algumas atividades essenciais, como o levantamento das empresas de pequeno porte locais registradas no CAF para comparação com o volume de compras do Estado. Da análise do Relatório de informações contendo volume de compras x região x fornecedores (ME,EPP,MEI) para definição das regiões e itens a serem inseridos em RP, foi notato uma grande participação deste grupamento de fornecedores nas compras realizadas pelas unidades, numa média superior a 55%, e em grande maioria de

Iniciativas do Programa do PPA com Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
	todas as regiões que não possuem a contratação por Registro de Preços. Assim, justifica-se uma análise aprofundada dos fornecedores e sua participação, por região, para a consolidação do cenário encontrado e posteriormente a definição da permanência desta Ação ou uma avaliação de derivação deste ponto de fomento local.
2025	Nos estudos feitos em 2024, foi observado um percentual muito significativo de participação deste grupamento de fornecedores locais nas compras realizadas pelas unidades do interior do Estado por meio de licitações ou procedimentos de contratação direta próprios, ou seja, sem a sistemática de Registro de Preços - RP. Este é um ponto que requer muita cautela, pois, a depender da forma como o RP for estruturado, ele pode favorecer a participação das grandes empresas, devido ao grande volume de itens e à necessidade de atender a uma demanda mais ampla. Isso poderia, de fato, reduzir a participação das pequenas empresas. Assim, nova frente de análises está em andamento, será realizado novo estudo, desta feita, estabelecendo lotes com valores totais não superiores a R\$80.000,00, para que sejam destinados exclusivamente à participação de micro e pequenas empresas (Lei Complementar 123/2006), como também, será verificada a viabilidade jurídica de estabelecer critério de participação ou de desempate (na disputa) para as pequenas empresas locais. Enquanto isso, está em desenvolvimento duas ações que estão em consonância com esta iniciativa. A primeira é o atendimento à Escuta Social realizada pela Seplan no município de Santo Antônio de Jesus, visando catalogar demandas para atendimento do pleito de raparação social pelos danos causados na explosão da fábrica de fogos de artifício, que foi direcionada à Superintendência de Recursos Logísticos - SRL, a proposta de "Promover compras públicas junto a micro e pequenos empreendedores locais". Feito um levantamento da participação das MPes nas compras públicas naquele município, em 2024, foi identificado 97% de participação do total contratado. Ainda assim, para fortalecer a relação do Estado com os fornecedores locais e atrair novos participantes, a SRL indicou para a Seplan uma proposta de desenvolvimento de ações de capacitação e orientação sobre compras públicas voltadas para este segmento, seja de forma presencial ou online, para 2026. Nesta mesma esteira, tem-se o início da parceria com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial - CODETER, que tem como proposta ser um ponto de apoio da SRL no interior, para atuar junto aos MPes.
446-C2 - I0006 - Aprimorar o conhecimento técnico dos pregoeiros e integrantes das comissões de licitação	
2024	Com o advento da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Coordenação Central de Licitação - CCL, vem atuando no desenvolvimento de ações de atualização, capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do Executivo Estadual com foco na nova legislação. Cumpre destacar que foi elaborada uma nova grade de cursos, na modalidade EAD, com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Estadual 14.634/2023 que foram disponibilizados na Plataforma Moodle da Universidade Corporativa do Serviço Público (UCS/SAEB) e estão sendo ofertados ao público alvo com turmas regulares durante todo o ano, tendo sido promovida a formação e qualificação de 1.242 até 31/12/2024. A CCL elaborou também uma trilha de aprendizagem com alguns links de cursos, palestras e livros, cujos conteúdos foram disponibilizados no Espaço dos Agentes de Contratação do Portal: www.comprasnet.ba.gov.br , a fim de que os servidores enriqueçam os seus conhecimentos com os ditames da legislação supracitada. A realização dessas ações visa promover a profissionalização dos agentes públicos responsáveis pelas contratações, personificados na figura do Agente de Contratação, que possui papel de fundamental importância para o sucesso ou fracasso da gestão, no ganho de eficiência, obtenção de bons resultados e atingimento da necessária efetividade das políticas públicas.
2025	Com a vigência da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Saeb, através da sua Coordenação Central de Licitação (CCL) tem atuado de forma contínua no desenvolvimento de ações voltadas à atualização, capacitação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Poder Executivo Estadual, com foco na adequada implementação da nova legislação. Nesse contexto, foi elaborada uma nova grade de cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD), fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual nº 14.634/2023, disponibilizada na Plataforma Moodle da Universidade Corporativa do Serviço Público (UCS/Saeb). Os cursos vêm sendo ofertados de

Iniciativas do Programa do PPA com Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
	forma permanente, por meio de turmas regulares, alcançando, até 31 de dezembro de 2025, a capacitação de 1.146 servidores. Adicionalmente, a CCL elaborou uma trilha de aprendizagem composta por links de cursos, palestras e obras de referência, disponibilizada no Espaço dos Agentes de Contratação, no portal: www.comprasnet.ba.gov.br, com o objetivo de ampliar e aprofundar o conhecimento dos servidores sobre a legislação vigente. Essas iniciativas visam à profissionalização dos agentes públicos responsáveis pelos processos de contratação, em especial do Agente de Contratação, contribuindo para o fortalecimento da eficiência administrativa, a melhoria dos resultados e a efetividade das políticas públicas.
446-C2 - I0007 - Aparelhar unidades do Poder Executivo Estadual	
2024	Durante o período, foram adquiridos computadores, mobiliários, aparelhos de ar-condicionado e veículos para a SAEB, com o objetivo de modernizar a infraestrutura da Secretaria.
2025	Durante o exercício, foram adquiridos, por meio da ação, equipamentos e mobiliários destinados à modernização e ao aprimoramento da infraestrutura da unidade.
446-C2 - I0009 - Gerenciar a frota de veículos do Poder Executivo Estadual	
2024	Estão em andamento 04 (quatro) ações estratégicas que estão em consonância com esta Iniciativa. Sendo a expansão da implantação do Projeto Mobilidade Veicular do Estado - MOVE em mais unidades estaduais, que neste ano, foi implantado na Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR e na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES. Já na Secretaria Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP, a implantação ainda está em andamento. Além disso, estão sendo realizados estudos para as futuras implantações do MOVE em 09 unidades. Outra ação é a elaboração de normativo visando à atualização das especificações técnicas para padronização de veículos. Para esta ação foi instituída a Comissão de Padronização, através da Portaria Conjunta nº. 001 de 18 de julho de 2024, e publicada no DOE em 03/08/2024, composta por servidores de diversas unidades de Estado. A Comissão teve um prazo de 60 dias úteis para apresentar sugestões e alternativas que visem ao princípio da economicidade e vantajosidade para a Administração Pública, observando as compatibilidades de especificações técnicas e de desempenhos, dos modelos existentes no mercado, bem como as condições de manutenção, assistência técnica e garantia, para os veículos a serem adquiridos ou locados pela Administração Pública do Poder Executivo Estadual. A Comissão entregou o relatório em 25/10 e logo após a minuta do Decreto foi elaborada e enviada à PGE. O Decreto foi publicado em 10/12. A terceira ação é a disponibilização de serviço de manutenção veicular em Registro de Preços para contratação imediata das unidades, em que o novo modelo de prestação de serviços de manutenção veicular foi licitado em 07/06/2024, tendo como vencedora a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Em 06/09/2024 foi assinada e disponibilizado o serviço em Ata de Registro de Preços. Ainda sobre manutenção veicular, destaca-se o evento realizado no dia 27/09, visando apresentar para as unidades o novo modelo e suas principais mudanças. Este novo formato trouxe de novidade uma rede de oficinas credenciadas, bem como um sistema que possibilitará um melhor e mais transparente gerenciamento das manutenções. E por último, está em desenvolvimento o estudo da Utilização de Veículos Elétricos e Híbridos pelo Poder Executivo Estadual. Foi firmado contrato de comodato com a Toyota para utilização do veículo por 30 dias, que ocorreu de 18/07/2024 a 31/08/2024. A próxima fase é realizar o estudo técnico da vantajosidade da utilização, previsto finalizar em 31/01/2025. Mais um contrato de comodato está em negociação com a BYD, também por 30 dias de teste, com previsão de início para 14/01/2025.

Iniciativas do Programa do PPA com Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
2025	Das quatro ações estratégicas definidas em 2024, que estão em consonância com a esta iniciativa, três foram concluídas dentro do mesmo ano, sendo: a publicação do Decreto Nº 23.260/2024, dispondo sobre a padronização das especificações técnicas dos veículos a combustão e eletrificados a serem adquiridos e locados pela Administração Pública do Poder Executivo Estadual; a disponibilização do serviço de manutenção veicular em Registro de Preços para contratação imediata das unidades; e a implantação do MOVE nas Secretarias que se colocaram disponíveis para mudança do modelo, no total de 12 Órgãos. Em 2025, ainda sobre o MOVE, destaca-se que foi iniciado novos estudos visando sua reestruturação, buscando identificar novos modelos de mobilidade veicular disponíveis no mercado, com destaque para soluções baseadas em ferramentas e sistemas capazes de integrar diferentes provedores e modais por meio de uma única plataforma. Por fim, fazendo parte dos estudos para a utilização de veículos elétricos e híbridos pelo Poder Executivo Estadual, foi firmado contrato de comodato com a BYD do Brasil, que disponibilizou dois veículos híbridos pelo período de 14/01 a 14/03/2025. Em dezembro/2025, foi finalizado o relatório sobre a viabilidade técnica e economico-financeira de uso de veículos elétricos e híbridos na Frota, que teve resultado positivo. Será programado para 2026 as novas ações em decorrência deste resultado.
446-C3 - I0001 - Implementar o sistema de modelagem da informação para obras e gestão patrimonial	
2024	A minuta do decreto para implantação do Sistema de Modelagem da Informação para Obras e Gestão Patrimonial foi elaborada conjuntamente com a Superintendência de Recursos Logísticos - SRL e, posteriormente, enviada para a Procuradoria Geral do Estado - PGE, para a emissão de parecer opinativo, não tendo prazo definido de retorno, o que impediu a continuidade das ações vinculadas posteriormente.
2025	Foram realizadas a Contratação da Consultoria do Plano de Implantação BIM (BIP); Elaboração de Diagnóstico; Elaboração do Plano de Implantação BIM, Institucionalizar Minuta do decreto BIM, Implantação do LABIM e Aquisição de Licenças para software BIM.
446-C4 - I0001 - Instituir o Plano Diretor do Centro Administrativo da Bahia (CAB)	
2024	A implantação do plano diretor no Centro Administrativo da Bahia está na fase final da análise fundiária, visando à conclusão das normatizações. Questões jurídicas estão sendo definidas em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado (PGE). Outro aspecto fundamental é a definição, por parte do Governo do Estado, o direcionamento a ser adotado no projeto para as áreas do Centro Administrativo da Bahia (CAB).
2025	O Plano Diretor é um instrumento primordial para o processo de planejamento da implantação de políticas de desenvolvimento urbano, orientando a ação de agentes públicos e privados. Visa elaborar premissas para organizar o uso do solo, das redes de infraestrutura e dos elementos fundamentais da estrutura urbana. Ele estabelece os objetivos, prazos e as atividades que devem ser executadas, explicitando as competências dos entes envolvidos, por isso necessita de um esforço conjunto para definição dos parâmetros que faltam para sua continuidade. Faz necessário a definição quanto ao uso dos espaços do Centro Administrativo e a conclusão dos processos que tramitam sobre os limites do CAB e questões fundiárias.
446-C5 - I0001 - Adequar a acessibilidade externa dos prédios públicos do Centro Administrativo da Bahia (CAB) aos padrões normativos	

Iniciativas do Programa do PPA com Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
2024	Em 2024, os processos de acessibilidade do Inema e da PGE encontram-se na fase de licitação. O resultado de 12% refere-se ao desempenho apresentado até dezembro de 2023, correspondente aos prédios do Centro de Operações e Inteligência de Segurança Pública (COI), Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) e Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE), Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM). A meta é garantir que pessoas com deficiência, assim como todos os frequentadores do CAB, tenham uma locomoção acessível, com acesso ao meio físico, ao transporte, à informação e à comunicação. Segue a relação de prédios públicos localizados no CAB sob a gestão do Poder Executivo Estadual: Plataforma I; Plataforma II; Plataforma III (prédio com acessibilidade - SEC); Plataforma IV; Plataforma V (prédio com acessibilidade - TCM/TCE); Seplan;Sefaz; Balança; Escola do CAB; Igreja Ascensão do Senhor; PGE; SEAP; Cerb; Cia. da Polícia Militar (antigo DAL); Inema; Prodeb; Seagri; COI (prédio com acessibilidade); Embasa; SDE; SIT; Seinfra; Agerba; SSP e CBPM.
2025	Em 2025, foi realizada uma parte do projeto de acessibilidade do Inema. Entretanto, os processos de acessibilidade do Inema e da PGE encontram-se ajustes para a nova lei de licitação.
446-C6 - I0003 - Fomentar a racionalização dos recursos naturais através do uso de tecnologias	
2024	O programa está em fase de redirecionamento da unidade responsável.
2025	O programa está em fase de redirecionamento da unidade responsável.

O quadro a seguir mostra as iniciativas do programa para as quais não houve programação de ação orçamentária nem de custo específico ou inespecífico no orçamento do ano. Assim, apresenta o relato sobre como essa iniciativa se relaciona com o alcance dos objetivos definidos nos Compromissos do Programa ou a situação da sua implementação.

Iniciativas do Programa do PPA sem Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
446-C1 - I0002 - Realizar censo dos imóveis do Poder Executivo Estadual	
2024	Foi definida a modalidade de Credenciamento para a contratação de empresa especializada de apoio em vistorias para inventário imobiliário. Além disso, foi finalizado em 2024 o Projeto de Vistorias dos Imóveis vinculados à SAEB. Contudo, faz-se necessário dar continuidade nas vistorias tanto dos imóveis vinculados a SAEB, quanto das demais Secretarias para as devidas atualizações no SIMOV.

Iniciativas do Programa do PPA sem Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
2025	Ratificada a informação que desde 2024 foi finalizado o Projeto de vistorias dos imóveis vinculados à SAEB.
446-C1 - I0003 - Qualificar as equipes de gestão do patrimônio	
2024	Realização de reunião temática para os servidores que atuam na área de patrimônio, voltada a orientações quanto aos procedimentos para o recebimento de imóveis através de doação; Realização de encontro anual, com temáticas voltadas a gestão patrimonial; e Capacitação de servidores na Plataforma QGIS, de Georreferenciamento, para criação, edição, análise e visualização de dados geoespaciais.
2025	Mantidas as reuniões temáticas para os servidores que atuam na área de patrimônio, voltado a orientações quanto aos procedimentos para o recebimento de imóveis através de doação, bem como a realização de Encontros anuais voltadas à gestão patrimonial. Dar seguimento à Capacitação de servidores na plataforma QGIS, para criação, edição, análise e visualização de dados geoespaciais, bem como ao Curso de Licitação com enfoque na Lei 14.634/2023. Disseminar curso sobre documentações cartorárias, objetivando melhorar o entendimento e análise desses documentos por parte dos prepostos desta Diretoria.
446-C1 - I0004 - Implantar programa para manutenção preventiva e de conservação dos prédios públicos	
2024	Está sendo realizado um levantamento em todas as unidades do Centro Administrativo da Bahia (CAB) para estabelecer um plano de ação de manutenção preventiva e corretiva aliado às diretrizes do Plano Diretor do CAB e às novas Atas de Registro de Preços em licitações.
2025	A Coordenação de Monitoramento de Edificação Pública, Manutenção e Conservação está elaborando um plano de ação de manutenção preventiva e corretiva que esteja aliado às diretrizes do Plano Diretor do CAB.
446-C1 - I0005 - Atualizar o arcabouço legal relativo à gestão dos bens móveis	
2024	Após a publicação da Lei Federal Nº 14.133/2021, que trata das licitações e contratos, bem como da Lei Estadual Nº 14.634/2023, foi iniciado em 2024 o levantamento dos normativos estaduais referentes à gestão de bens móveis que carecem de atualização, estando, agora, na fase de revisão para posterior publicação. No mesmo período, foi elaborada, em parceria, SAEB, através das Superintendências de Recursos Logísticos (SRL) e de Patrimônio - SUPAT e com a Procuradoria Geral do Estado - PGE, uma minuta de decreto para tratar da alienação de bens móveis e imóveis por meio de leilão, regulamentando esse tipo de licitação com base no que prevê a retro citada Lei federal e estadual. Na mesma direção, também já foi elaborada Minuta de Instrução Normativa para tratar da alienação de bens móveis por meio de leilão, a ser publicada após a promulgação do decreto de mesmo tema, como forma de dar maior segurança jurídica à destinação por leilão dos bens móveis estaduais.
2025	Em 2025, foi publicado o Decreto Estadual Nº 23.344/2025, que "regulamenta o art. 31 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, destinado à alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, no âmbito da Administração Pública Estadual". Assim, considerando as determinações trazidas por esse normativo (Decreto Estadual 23.344/2025), iniciou-se a revisão da Instrução Normativa sobre leilão de bens móveis. Também foi publicada a IN 020/2025, que "orienta os órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo

Iniciativas do Programa do PPA sem Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
	Estadual, sobre a realização de inventário de bens móveis em uso e de bens de consumo em almoxarifado, decorrente de encerramento de exercício". Embora essa IN seja republicada todos os anos, em 2025, foram realizadas uma série de atualizações voltadas para a melhor instrução das unidades, incluindo algumas novas responsabilidades e também esclarecendo pontos que as unidades costumavam ter dúvidas na execução. Essas mudanças foram realizadas, em parte, com base em retornos obtidos do TCE no curso de treinamento de seus auditores, bem como por conta de sugestões trazidas por servidores da área de patrimônio que participaram do Seminário "Material Permanente em Pauta", realizado pela Coordenação de Material Permanente da Saeb, em outubro.
446-C1 - I0006 - Ampliar as ações de articulação junto aos órgãos, visando o aprimoramento da gestão, da guarda e do desfazimento do patrimônio	
2024	Diversos treinamentos voltados para a gestão de material permanente e para a utilização do Sistema de Administração de Patrimônio (SIAP) têm sido promovidos, com dezenas de novos alunos a cada mês. Também, em parceria com a Auditoria Geral do Estado - AGE, são promovidos treinamentos voltados às Coordenações de Controle Interno - CCIs dos órgãos estaduais, como forma de aprimoramento do controle das ações relacionadas à gestão de bens móveis, principalmente, no tocante ao inventário anual. Outra iniciativa que merece destaque, nessa mesma linha, é a disponibilização de cursos EAD para utilização do SIAP e do SIAP Mobile, este um aplicativo para celulares e tablets, desenvolvido em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - PRODEB, para leitura de plaquetas de tombamento, de modo a modernizar e agilizar o inventário de bens móveis. O curso do SIAP já está em fase de finalização para ser disponibilizado e o curso do SIAP Mobile terá sua gravação iniciada em breve. No treinamento convencional, em 2024, foram disponibilizadas 7 turmas, com aprovação de 82 servidores que atuam na área de Patrimônio das Secretarias de Estado. Com isso, espera-se que as informações relacionadas à gestão de bens móveis e uso das ferramentas de controle cheguem aos servidores de forma mais objetiva e rápida.
2025	No exercício de 2025, foram capacitados 161 servidores, de 42 Unidades Estaduais, na utilização do Sistema de Administração de Patrimônio - SIAP. A parceria com a Auditoria Geral do Estado - AGE também foi mantida, tendo sido realizada uma palestra e dois treinamentos, por meio da UCS SEFAZ, voltados para servidores das Coordenações de Controle Interno - CCIs, tendo como temas a inspeção das práticas de classificação, gestão e inventário do material permanente. Outra iniciativa de destaque, nessa mesma linha, é a disponibilização de cursos EAD para utilização do SIAP e do SIAP Mobile, este um aplicativo para celulares e tablets, desenvolvido em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - PRODEB, para leitura de plaquetas de tombamento, de modo a modernizar e agilizar o inventário de bens móveis. O curso EAD do SIAP Web já foi disponibilizado e o curso EAD do SIAP Mobile terá como próxima fase a sua gravação. Com isso, espera-se que as informações relacionadas à gestão de bens móveis e uso das ferramentas de controle cheguem aos servidores de forma mais objetiva e rápida. Ademais, em outubro, foi realizado o Seminário "Material Permanente em Pauta", que contou com cerca de 250 participantes, de forma presencial e online, da área de patrimônio e integrantes das Comissões de Inventario das unidades do Poder Executivo Estadual. Por fim, está em estudo o desenvolvimento de um novo sistema de gestão dos bens móveis, em substituição ao SIAP, cuja Identificação de Oportunidade de Negócio (ION) foi desenhada pela PRODEB, com base nas macrofuncionalidades levantadas pela SAEB, estando em fase de revisão.
446-C1 - I0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo	
2024	Neste período, 740 novas demandas para adequações das unidades foram geradas, totalizando um investimento de R\$ 136.962.285,00.

Iniciativas do Programa do PPA sem Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
2025	Em 2025 foram geradas 750 novas demandas para adequações das unidades totalizando um investimento de R\$ 136.250.291,14.
446-C2 - I0003 - Fomentar a participação da Agricultura Familiar e Economia Solidária em licitação pública	
2024	Em 2023, foram iniciadas ações voltadas à incentivar uma maior participação da agricultura familiar/economia solidária nas compras públicas, como a realização de um evento específico para o segmento e abertura de licitações exclusivas. Após estudos entre a oferta de produtos pelo segmento e as compras públicas atuais, foram definidos 03 produtos (Café moído 250g, Café em grãos 1kg e Açúcar 1kg) para serem licitados e disponibilizados em Registro de Preços-RP para a contratação das unidades de Salvador e RMS e Feira de Santana. Assim, foram realizadas 03 licitações, ainda em 2023, que por se tratar de RP, as unidades tiveram 12 meses para contratar. A primeira licitação foi realizada em julho/23 contemplando 03 itens citados, para a Salvador e Região, mas apenas o café moído teve êxito. Este item ficou ativo no RP de 05/09/2023 a 03/09/2024, com um consumo total de 239.546 pacotes, representando um gasto de R\$ 1.660.239,20. No final de 2023, com intenção de iniciarmos 2024 com mais itens da agricultura familiar no RP, foi feita mais uma tentativa com os itens fracassados (café torrado e açúcar), para Salvador e Região, mas novamente a licitação fracassou. Em paralelo, foi realizado certame para ativação do café moído para Feira de Santana, obtendo um resultado positivo. Este item ficou ativo de 21/05/2024 a 27/08/2024, com um consumo de 5.000 pacotes de café, representando um gasto de R\$ 44.050,00. Após estudo acerca dos fracassos das licitações, seguimos com 3 frentes de atuação, que se encontram da forma que segue: 1- Realizado o Pregão Eletrônico nº 102/2024, em 29/09/24, para ativação de 11 itens de gêneros alimentícios: beiju, farinha, feijão, flocão, iogurte (3 sabores) e polpa (4 sabores), para Salvador e Região Metropolitana. As empresas mais bem colocadas foram desclassificadas por não apresentarem propostas atualizadas ou não encaminharam as amostras para análise classificatória, gerando a necessidade de convocação de outras empresas interessadas, mas que também não atenderam aos critérios licitatórios, levando o Pregão a ser declarado FRACASSADO, em 16/12/2024. 2 - Processo instruído em 2024, para disponibilização via Registro de Preços de café moído de 250g, para Salvador e RMS, no valor de R\$ 2.449.950,00. Devido aos novos procedimentos da nova Lei Federal 14.133/2021 e Lei Estadual 14.634/2023, o processo licitatório esteve sob análise da PGE, retornando recentemente. Desta forma novos procedimentos estão sendo realizados, para conclusão da fase interna e posterior deflagração da fase externa licitatória. 3 - Processo instruído em 2024, para disponibilização via Registro de Preços de café moído de 250g, para Feira de Santana, no valor R\$ 274 mil. Que também retornou recentemente da PGE e daremos prosseguimento nos trâmites licitatórios. Por fim, todas as ações aqui realizadas contribuem para o Aperfeiçoamento da Governança das Compras e Contratações Públicas, cumprindo com objetivos de desenvolvimento sustentável.
2025	No final de 2024, foram iniciados novos processos licitatórios para a manutenção do café no RP, bem como nova tentativa para a contratação dos 11 itens de gêneros alimentícios, resultando em 03 pregões em 2025, que finalizaram com os seguintes itens para contratação imediata: café, 4 tipos de polpa de frutas, 3 tipos de iogurtes e o flocão. Assim, segue posição final em 2025: > PE 043/2025 - abertura da licitação em 30/04/2025, para contratação de café torrado e moído 250g, para atendimento às unidades de Feira de Santana. A licitação foi homologada em 11/07/2025. Encontra-se ativo, com vigência até 15/07/2026, no valor total de R\$ 531.600,00. > PE047/2025 - abertura da licitação 08/05/2025, para contratação de café torrado e moído 250g e café torrado em grãos 1kg, valor total de R\$ 4.993.350,00, para atendimento às unidades de Salvador e região metropolitana. Encontra-se ativo, com vigência até 04/09/2026, no valor total de R\$ 4.349.375,00. > PE044/2025 - abertura da licitação 27/05/2025, para a contratação dos 11 itens, no valor total de R\$ 304.075,00, para atendimento às unidades de Salvador e região metropolitana. A licitação foi homologada para 8 itens, sendo 4 tipos de polpa de frutas, 3 tipos de iogurtes e o flocão. Os demais itens foram fracassados. Assim, encontram-se ativos, com vigência

Iniciativas do Programa do PPA sem Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
	até 29/06/2026, no valor total de R\$ 162.085,00. Ademais, cabe ressaltar que o resultado neste ano já foi melhor do que em 2024, visto que foi possível efetivar a contratação de outros itens além do café. E para o item café específico, além do torrado moído, foi acrescido o tipo torrado em grãos.
446-C2 - I0004 - Implementar novo modelo de planejamento de compras, incluindo a indicação das demandas por município	
2024	Esta iniciativa teve seu início em 13/09/2024, com a realização de estudo da rotina do Planejamento de Compras - PC existente no sistema, identificando com quais outras rotinas ela faz integração. Também foi definido a inclusão do campo de indicação do município nesta rotina. Foi definida a regra de negócio e encaminhada em 02/12 para análise da área de sistemas da SRL. Após análise, será deliberada a implantação da atualização do fluxo da rotina de planejamento de compras. A implantação possui quatro fases, sendo elas: homologação, disponibilização em produção, capacitação e divulgação, com previsão de finalização no final de setembro de 2025, quando o Planejamento de Compras, com a indicação de demandas por município, estará disponível para as unidades cadastrarem suas demandas para o exercício de 2026.
2025	A implantação do novo modelo de planejamento de compras, incluindo a indicação das demandas por município, possui quatro fases, sendo elas: homologação, disponibilização em produção, capacitação e divulgação. No início de 2025, as primeiras adequações da rotina estavam disponíveis para homologação, mas não foi possível executar devido às prioridades da equipe em outras ações. Dessa forma, esta iniciativa ficou paralisada, aguardando novo cronograma de retomada, a ser definido pelas áreas envolvidas, cujas ações estão previstas para início de 2026. A expectativa é que este novo modelo esteja disponível para as unidades cadastrarem suas demandas para o planejamento de 2027.
446-C2 - I0008 - Aprimorar gestão da logística de guarda e distribuição de objetos da Administração Pública Estadual	
2024	O aprimoramento da gestão da logística de guarda e distribuição de objetos da Administração Pública Estadual é feito através da manutenção da certificação da ISO 27.001, que trata do assunto Segurança da Informação, da revisão dos procedimentos de cada processo, de realização de auditoria interna, manutenção do procedimento PROP.P.030 - Implantação de Serviço de Logística - Bens de Consumo e Bens Patrimoniais, para apoio ao processo finalístico de logística da EGBA e do desembolso no valor de R\$ 382.218,62, para serviço manutenção, implantação e auditorias internas, condução do planejamento estratégico, em conformidade com as Normas ABNT ISO implantadas na EGBA.
2025	A manutenção e a implementação de novas metodologias de gestão e controle dos processos internos, fundamentadas nas boas práticas e nas normas ISO, constituem ações estratégicas para o fortalecimento da gestão logística da instituição. A continuidade da certificação ISO 27001, voltada à Segurança da Informação, assegura maior confiabilidade, integridade e proteção dos dados utilizados nos processos logísticos, contribuindo para a eficiência e a rastreabilidade das operações. Nesse contexto, a manutenção e a padronização de procedimentos operacionais, como o PROP.P.030, referente à implantação do serviço de logística de bens de consumo e bens patrimoniais, bem como a criação do procedimento PROP.P.031, voltado ao gerenciamento logístico de medicamentos e produtos farmacêuticos, promovem maior organização, controle e uniformidade na execução das atividades. Esses instrumentos fortalecem o apoio ao processo finalístico de logística da EGBA e ampliam a capacidade de resposta às demandas da Administração Pública Estadual. Adicionalmente, a revisão periódica dos procedimentos, a realização de auditorias internas e o suporte de consultoria especializada garantem a conformidade contínua com as normas ABNT ISO implantadas, além de possibilitar o aprimoramento constante dos fluxos de trabalho e do planejamento estratégico. Dessa forma, as iniciativas descritas contribuem diretamente para o alcance do objetivo de aprimorar a gestão da

Iniciativas do Programa do PPA sem Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
	logística de guarda e distribuição de objetos da Administração Pública Estadual, ao assegurar processos mais eficientes, padronizados, seguros e alinhados às boas práticas de governança e gestão pública.
446-C5 - I0002 - Fomentar a adequação da acessibilidade interna dos prédios públicos	
2024	Foram elaborados os projetos para a adequação da rota acessível que liga o ponto de ônibus ao estacionamento da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) e a recuperação e adequação do estacionamento frontal da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB). Além disso, foram realizadas as manutenções nas rotas de acessibilidade dos 26 pontos de ônibus. Também foram implementadas melhorias na acessibilidade interna nas unidades da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE), Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE), Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM), SAC Pituaçu, intervenção no Banco Mais BB, no SAC Barra, na sede do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e na Secretaria do Meio Ambiente (Sema).
2025	Foram concluídos os projetos para a adequação da rota acessível que liga o ponto de ônibus ao estacionamento da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) e realizada a recuperação e adequação do estacionamento frontal da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB) assim como também as manutenções nas rotas de acessibilidade dos 26 pontos de ônibus. Também foram implementadas melhorias na Acessibilidade do Prédio da Governadoria, Manutenção das vias de acesso para a sede administrativa da Coordenação do CAB, na sede do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e na Secretaria do Meio Ambiente (Sema).
446-C6 - I0001 - Reestruturar o Programa de Sustentabilidade voltado para a utilização eficiente dos recursos naturais	
2024	O programa está em fase de redirecionamento da unidade responsável.
2025	O programa está em fase de redirecionamento da unidade responsável.
446-C6 - I0002 - Fomentar parcerias para capacitação de equipes quanto ao uso eficiente de água e energia nos órgãos e entidades públicas	
2024	O programa está em fase de redirecionamento da unidade responsável.
2025	O programa está em fase de redirecionamento da unidade responsável.

1.1.5.1. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física – Avanços e Conformidades

Esta seção do relatório analisa os avanços e conformidades da execução orçamentário-financeira e física da ação orçamentária. Os quadros abaixo apresentam as ações orçamentárias que demonstraram compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física, com desempenho Bom ou Ótimo nos conceitos atribuídos a essas execuções. Esses quadros, também contemplam as ações em que houve a identificação da alocação de recursos liquidados e da entrega em pelo menos um Território de Identidade. Além disso, o beneficiário da ação governamental foi determinado e quantificado em pelo menos uma entrega. Essa análise permite verificar se a execução da ação orçamentária está de acordo com o planejamento estabelecido e possibilita o acompanhamento dos avanços alcançados.

Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos						
Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público						
Iniciativa	I0001 - Aperfeiçoar a gestão do patrimônio imobiliário da Administração Direta do Poder Executivo Estadual						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	2440 - Preservação do Acervo Documental do Poder Executivo						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	100,00	47,60	0,00	29,07	29,07	61,08	Regular
2025	1.600,00	36,17	0,00	25,67	25,67	70,96	Bom
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			1403 - Acervo documental preservado			

	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	100,00	Ótimo
2025	2,00	2,00	0,00	0,00	2,00	100,00	Ótimo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Estado			0,00	0,00	29,07	25,67	
Metropolitano de Salvador			1,00	2,00	-	-	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024		2025	
Administração Pública Estadual				0,00	0,00		
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve o registro do motivo			-			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			

Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público						
Iniciativa	I0001 - Aperfeiçoar a gestão do patrimônio imobiliário da Administração Direta do Poder Executivo Estadual						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	4885 - Gestão do Patrimônio Imobiliário do Poder Executivo						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	4.120,00	2.745,51	0,00	2.694,75	2.668,44	98,15	Ótimo
2025	5.600,00	3.715,12	0,00	3.428,06	3.403,95	92,27	Ótimo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			2358 - Patrimônio imobiliário gerido			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	100,00	Ótimo
2025	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	100,00	Ótimo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Estado			1,00	1,00	2.694,75	3.428,06	

Público Beneficiário		
Público	Quantidade	
	2024	2025
Administração Pública Estadual	0,00	0,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-

Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos						
Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público						
Iniciativa	I0007 - Prestar assessoramento e fiscalização para adequação física em unidades administrativas e operacionais do Poder Executivo						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	2665 - Fiscalização de Obra e Serviço de Engenharia em Prédio Público						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	11.686,00	12.876,00	0,00	11.109,25	10.953,14	86,28	Bom
2025	22.200,00	19.549,11	0,00	17.578,26	17.383,71	89,92	Bom
Ano	Execução Física						

	Produto da Ação Orçamentária			1440 - Obra/serviço de engenharia fiscalizado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	100,00	Ótimo
2025	1,00	17,00	0,00	0,00	17,00	100,00	Ótimo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Estado			1,00	17,00	11.109,25	17.578,26	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024		2025	
Órgão e Entidade Público				0,00		0,00	
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			
Programa		446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos					

Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público						
Iniciativa	I0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	7852 - Ampliação de Edifício Público						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	9.000,00	14.545,00	0,00	7.450,07	7.365,81	51,22	Regular
2025	3.500,00	4.084,63	0,00	3.504,75	3.504,75	85,80	Bom
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			164 - Edifício público ampliado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	Muito Baixo
2025	2,00	2,00	0,00	0,00	2,00	100,00	Ótimo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Metropolitano de Salvador			0,00	2,00	7.450,07	3.504,75	

Público Beneficiário		
Público	Quantidade	
	2024	2025
-	-	-
Administração Pública	-	0,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física
2024	Não houve o registro do motivo	-
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	A iniciativa é de responsabilidade da Saeb, contudo, possui caráter transversal, estando estruturada como ação “guarda-chuva”, que agrega ações orçamentárias executadas por diversas unidades orçamentárias do Executivo. Dessa forma, a explicação da defasagem na execução físico-financeira deve ser apresentada pela respectiva unidade responsável pela ação específica, uma vez que a atuação desta Secretaria se limita exclusivamente às ações sob sua competência direta.

Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos
Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público
Iniciativa	I0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo
Prioridade da LDO	Não
Ação Orçamentária	7981 - Aquisição de Imóvel
Compatibilidade	Sim
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)

	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	0,00	17.026,00	0,00	16.933,97	16.933,97	99,46	Ótimo
2025	8.000,00	18.802,52	0,00	18.784,79	18.784,79	99,91	Ótimo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			82 - Bem imóvel adquirido			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	Muito Baixo
2025	2,00	2,00	0,00	0,00	2,00	100,00	Ótimo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Metropolitano de Salvador			0,00	1,00	16.933,97		15.482,26
Recôncavo			-	1,00	-		3.302,52
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024		2025	
-				-		-	
Administração Pública				-		0,00	

Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física
2024	Não houve o registro do motivo	-
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-

Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos						
Compromisso	C2 - Aperfeiçoar a governança das compras e contratações públicas do Poder Executivo Estadual						
Iniciativa	I0007 - Apearlhar unidades do Poder Executivo Estadual						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	4337 - Funcionamento da Frota de Veículo do Departamento Estadual de Trânsito - Detran						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	1.500,00	1.500,00	0,00	890,78	823,94	59,39	Regular
2025	1.480,00	1.480,00	0,00	1.113,66	1.113,22	75,25	Bom
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			730 - Frota de veículo em funcionamento			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	100,00	Ótimo

2025	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	100,00	Ótimo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade		Quantidade Concluída		Valor liquidado			
		2024	2025	2024	2025		
Estado		1,00	1,00	890,78	1.113,66		
Público Beneficiário							
Público			Quantidade				
			2024		2025		
Sociedade			0,00		0,00		
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve o registro do motivo			-			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			

Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	2.160,00	2.340,00	0,00	1.967,88	1.967,88	84,10	Bom
2025	2.376,00	2.062,61	0,00	1.494,86	1.494,86	72,47	Bom
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			1453 - Veículo disponibilizado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	63,00	63,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo
2025	63,00	68,00	0,00	0,00	68,00	100,00	Ótimo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Estado			0,00	0,00	1.967,88	1.494,86	
Metropolitano de Salvador			-	68,00	-	-	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024		2025	

-		-	-
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	
2024	Não houve o registro do motivo	-	
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-	

1.1.5.2. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física – Oportunidade de Melhoria

Esta seção do relatório analisa as oportunidades de melhoria da execução orçamentário-financeira e física da ação orçamentária. Os quadros abaixo apresentam as ações orçamentárias que demonstraram alguma inconformidade na compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física ou desempenho Muito Baixo, Baixo ou Regular nos conceitos atribuídos a essas execuções. Esses quadros, também contemplam as ações que apresentaram compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física ou desempenho Bom ou Ótimo, porém, não houve a identificação da alocação de recursos liquidados e da entrega em pelo menos um Território de Identidade. Além disso, contempla, a ação governamental em que o beneficiário foi indeterminado ou determinado, porém, não quantificado em pelo menos uma entrega. Essa análise permite verificar se a execução da ação orçamentária está em desacordo com o planejamento e identificar oportunidades para melhorar os processos da implementação da política pública.

Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos
Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público
Iniciativa	I0001 - Aperfeiçoar a gestão do patrimônio imobiliário da Administração Direta do Poder Executivo Estadual
Prioridade da LDO	Não
Ação Orçamentária	3395 - Recuperação do Centro de Exposições - Balança do CAB
Compatibilidade	Não

Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2025	0,00	7.209,00	0,00	3.432,00	3.345,62	47,61	Baixo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			2891 - Balança do CAB recuperada			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2025	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	Muito Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2025		2025		
Metropolitano de Salvador			0,00		3.432,00		
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2025			
-				-			
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			

2024	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	100,00	Ótimo
2025	3,00	3,00	2,00	0,00	1,00	33,33	Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Estado			1,00	1,00	443,98	66,48	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024		2025	
Administração Pública Estadual				0,00		-	
-				-		-	
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			

Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos
Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público
Iniciativa	I0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo
Prioridade da LDO	Não

Ação Orçamentária		2431 - Conservação de Edifício Público					
Compatibilidade		Não					
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	3.000,00	7.309,39	0,00	3.493,90	3.460,13	47,80	Baixo
2025	4.000,00	6.100,00	0,00	4.228,75	4.145,57	69,32	Regular
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			166 - Edifício público conservado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	2,00	2,00	0,00	0,00	1,00	50,00	Baixo
2025	2,00	5,00	0,00	4,00	1,00	20,00	Muito Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Metropolitano de Salvador			1,00	1,00	3.493,90	4.004,46	
Portal do Sertão			0,00	0,00	0,00	224,29	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			

		2024	2025
Órgão e Entidade Público		0,00	-
-		-	-
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-	
2025	Descreva o motivo, não identificado nos itens anteriores, que influenciou a defasagem apresentada	A defasagem observada decorre, principalmente, da execução física da ação, tendo sido contabilizado o percentual de 20%, correspondente à conclusão do Escoramento Emergencial da Balança do CAB. Ressalta-se, contudo, que os demais subprodutos, embora não concluídos no período de referência, apresentaram execução parcial, e estão em andamento, inclusive com realização de empenhos, e registrados em RP sendo: o Prédio-Sede da SAEB/SETRE, o Prédio da Escola de Governo, o Prédio-Sede do antigo Centro de Convenções da Bahia e o Galpão de Leilão da Saeb.	

Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos						
Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público						
Iniciativa	I0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	5206 - Reforma de Unidade da Procuradoria Geral do Estado						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	1.850,00	1.926,27	0,00	842,30	762,94	43,73	Baixo

2025	2.530,00	3.828,00	0,00	1.488,81	1.488,02	38,89	Baixo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			826 - Unidade da procuradoria reformada			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	12,00	12,00	6,00	0,00	6,00	50,00	Baixo
2025	12,00	13,00	9,00	1,00	3,00	23,08	Muito Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Litoral Sul			2,00	0,00	1,55	0,00	
Metropolitano de Salvador			2,00	2,00	837,07	1.488,81	
Portal do Sertão			1,00	0,00	3,65	0,00	
Sudoeste Baiano			1,00	0,00	0,03	0,00	
Extremo Sul			-	1,00	-	0,00	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024		2025	
Administração Pública Estadual				0,00		0,00	

Servidor Público da PGE		0,00	0,00
Sociedade		0,00	0,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-	
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	A iniciativa é de responsabilidade da Saeb, contudo, possui caráter transversal, estando estruturada como ação “guarda-chuva”, que agrega ações orçamentárias executadas por diversas unidades orçamentárias do Executivo. Dessa forma, a explicação da defasagem na execução físico-financeira deve ser apresentada pela respectiva unidade responsável pela ação específica, uma vez que a atuação desta Secretaria se limita exclusivamente às ações sob sua competência direta.	
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-	

Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos						
Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público						
Iniciativa	I0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	7851 - Adequação de Edifício Público						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	2.160,00	13.391,00	0,00	4.367,29	4.367,29	32,61	Baixo

2025	2.900,00	7.367,18	0,00	3.338,32	3.298,88	45,31	Baixo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			163 - Edifício público adequado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	4,00	6,00	0,00	2,00	2,00	33,33	Baixo
2025	6,00	8,00	0,00	2,00	5,00	62,50	Regular
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Metropolitano de Salvador			2,00	5,00	4.367,29	3.338,32	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024	2025		
Administração Pública				0,00	0,00		
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			A iniciativa é de responsabilidade da Saeb, contudo, possui caráter transversal, estando estruturada como ação “guarda-chuva”, que agrega ações orçamentárias executadas por diversas unidades orçamentárias do Executivo. Dessa forma, a explicação da defasagem na			

execução físico-financeira deve ser apresentada pela respectiva unidade responsável pela ação específica, uma vez que a atuação desta Secretaria se limita exclusivamente às ações sob sua competência direta.

2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-
------	---	---

Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos						
Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público						
Iniciativa	I0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	7853 - Construção de Edifício Público						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
2025	0,00	35,47	0,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			65 - Edifício público construído			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-

2025	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo
Público Beneficiário							
Público			Quantidade				
			2024		2025		
-			-		-		
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve o registro do motivo			-			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			

Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			16 - Edifício público recuperado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	16,00	71,00	0,00	16,00	30,00	42,25	Baixo
2025	58,00	76,00	10,00	12,00	27,00	35,53	Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade		Quantidade Concluída		Valor liquidado			
		2024	2025	2024	2025		
Bacia do Jacuípe		1,00	1,00	0,00	479,01		
Bacia do Paramirim		1,00	0,00	29,47	0,00		
Bacia do Rio Corrente		0,00	1,00	0,00	4,63		
Bacia do Rio Grande		1,00	0,00	100,25	98,30		
Baixo Sul		1,00	0,00	22,43	192,17		
Chapada Diamantina		0,00	0,00	0,00	324,86		
Costa do Descobrimento		0,00	1,00	102,88	669,43		
Extremo Sul		1,00	2,00	1.618,99	59,59		
Irecê		0,00	1,00	90,98	42,71		
Itaparica		2,00	1,00	1.813,59	212,23		
Litoral Norte e Agreste Baiano		0,00	1,00	409,71	386,35		

Litoral Sul	0,00	1,00	881,05	1.313,42
Metropolitano de Salvador	8,00	6,00	9.882,32	10.009,78
Médio Rio de Contas	4,00	1,00	906,27	4.097,59
Médio Sudoeste da Bahia	1,00	0,00	8,78	0,00
Piemonte Norte do Itapicuru	0,00	1,00	0,00	673,78
Piemonte da Diamantina	1,00	1,00	950,66	43,48
Piemonte do Paraguaçu	0,00	1,00	261,91	964,12
Portal do Sertão	1,00	1,00	471,16	412,89
Recôncavo	1,00	1,00	0,00	180,20
Semiárido Nordeste II	1,00	1,00	3,96	30,32
Sertão Produtivo	1,00	0,00	0,00	0,00
Sertão do São Francisco	1,00	1,00	520,83	32,77
Sisal	0,00	2,00	99,33	3.892,81
Sudoeste Baiano	2,00	0,00	5,26	0,00
Vale do Jiquiriçá	1,00	0,00	25,85	0,00
Velho Chico	1,00	2,00	143,99	62,85
Público Beneficiário				
Público	Quantidade			
	2024		2025	
Administração Pública	0,00		0,00	

População do Estado da Bahia		0,00	0,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-	
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-	
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	A iniciativa é de responsabilidade da Saeb, contudo, possui caráter transversal, estando estruturada como ação “guarda-chuva”, que agrega ações orçamentárias executadas por diversas unidades orçamentárias do Executivo. Dessa forma, a explicação da defasagem na execução físico-financeira deve ser apresentada pela respectiva unidade responsável pela ação específica, uma vez que a atuação desta Secretaria se limita exclusivamente às ações sob sua competência direta.	

Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos						
Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público						
Iniciativa	I0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	7855 - Reforma de Edifício Público						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	7.840,00	21.698,98	0,00	17.048,63	16.989,13	78,57	Bom
2025	33.657,00	38.212,75	0,00	12.562,57	12.380,70	32,88	Baixo

Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			17 - Edifício público reformado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	23,00	27,01	0,20	3,80	5,01	18,55	Muito Baixo
2025	18,00	21,00	0,00	7,00	9,00	42,86	Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Metropolitano de Salvador			5,01	8,00	16.545,64	11.200,38	
Sertão Produtivo			0,00	0,00	503,00	1.350,03	
Piemonte da Diamantina			-	1,00	-	0,00	
Portal do Sertão			-	0,00	-	12,16	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024		2025	
Administração Pública				0,00		0,00	
Administração Pública Estadual				0,00		-	
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			

2024	Não houve o registro do motivo	-
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	A iniciativa é de responsabilidade da Saeb, contudo, possui caráter transversal, estando estruturada como ação “guarda-chuva”, que agrega ações orçamentárias executadas por diversas unidades orçamentárias do Executivo. Dessa forma, a explicação da defasagem na execução físico-financeira deve ser apresentada pela respectiva unidade responsável pela ação específica, uma vez que a atuação desta Secretaria se limita exclusivamente às ações sob sua competência direta.

Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos						
Compromisso	C2 - Aperfeiçoar a governança das compras e contratações públicas do Poder Executivo Estadual						
Iniciativa	I0001 - Implementar o Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos do Poder Executivo Estadual						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	3165 - Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão de Compras e Serviços do Estado						
Compatibilidade	Não						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	100,00	936,00	0,00	936,00	936,00	100,00	Ótimo
2025	3.168,00	5.646,33	0,00	4.371,50	4.371,50	77,42	Bom
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			2713 - Modelo de gestão aperfeiçoada			

	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	Muito Baixo
2025	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	Muito Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Estado			0,00	0,00	936,00	4.371,50	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024		2025	
-				-		-	
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve o registro do motivo			-			
2025	Descreva o motivo, não identificado nos itens anteriores, que influenciou a defasagem apresentada			Em 2025 foi definido as diretrizes do novo modelo de gestão dos Processos de Logística de Suprimentos e iniciada a implantação do Plano. A finalização total está prevista para o início de 2026.			

Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos
-----------------	--

Compromisso	C2 - Aperfeiçoar a governança das compras e contratações públicas do Poder Executivo Estadual						
Iniciativa	I0007 - Aparelhar unidades do Poder Executivo Estadual						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	66.960,76	79.214,32	5.000,00	33.399,39	33.228,42	42,16	Baixo
2025	214.511,60	234.690,28	0,00	38.195,65	38.101,66	16,27	Muito Baixo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			2740 - Unidade do Executivo aparelhada			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	76,00	96,01	6,00	10,00	43,00	44,79	Baixo
2025	101,00	104,00	8,00	4,00	35,00	33,65	Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Estado			0,00	0,00	33.399,39	38.195,65	

Metropolitano de Salvador		40,00	35,00	-	-
Portal do Sertão		2,00	0,00	-	-
Sudoeste Baiano		1,00	0,00	-	-
Público Beneficiário					
Público		Quantidade			
		2024		2025	
Administração Pública		0,00		0,00	
Órgão da Administração Pública		0,00		0,00	
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	A iniciativa é de responsabilidade da Saeb, contudo, possui caráter transversal, estando estruturada como ação “guarda-chuva”, que agrega ações orçamentárias executadas por diversas unidades orçamentárias do Executivo. Dessa forma, a explicação da defasagem na execução físico-financeira deve ser apresentada pela respectiva unidade responsável pela ação específica, uma vez que a atuação desta Secretaria se limita exclusivamente às ações sob sua competência direta.			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Do valor previsto de R\$3,9 milhões, R\$3,5 milhões se referem a Fonte 126 (Alienação de Bens - Leilão), os quais só foram efetivamente arrecadados com o leilão ocorrido no final do exercício, e considerando o cronograma de encerramento, não foi possível a sua efetiva execução no período. O valor ora arrecadado, será passível de superávit em 2026.			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Durante o exercício, foram adquiridos, por meio da ação, equipamentos e mobiliários destinados à modernização e ao aprimoramento da infraestrutura da unidade. A defasagem observada decorre do fato de o valor orçado não ter sido integralmente executado, alcançando apenas 53,47% de execução financeira. Ainda assim, mesmo sem a utilização total			

do valor orçado, foi possível realizar o aparelhamento da unidade e atender às principais necessidades estruturais identificadas.

Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos						
Compromisso	C2 - Aperfeiçoar a governança das compras e contratações públicas do Poder Executivo Estadual						
Iniciativa	I0007 - Aparelhar unidades do Poder Executivo Estadual						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	6.837,00	12.325,29	0,00	10.177,14	10.083,89	82,57	Bom
2025	16.568,00	18.561,87	0,00	12.871,45	12.831,45	69,34	Regular
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			1453 - Veículo disponibilizado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	158,00	173,00	17,00	2,00	150,00	86,71	Bom
2025	174,00	240,00	8,00	0,00	226,00	94,17	Ótimo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							

Território de Identidade	Quantidade Concluída		Valor liquidado	
	2024	2025	2024	2025
Estado	53,00	26,00	10.177,14	12.871,45
Litoral Sul	1,00	-	-	-
Metropolitano de Salvador	93,00	199,00	-	-
Portal do Sertão	1,00	1,00	-	-
Semiárido Nordeste II	1,00	-	-	-
Sisal	1,00	-	-	-
Público Beneficiário				
Público	Quantidade			
	2024	2025		
Administração Pública		0,00		0,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física		
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-		
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	A iniciativa é de responsabilidade da Saeb, contudo, possui caráter transversal, estando estruturada como ação “guarda-chuva”, que agrega ações orçamentárias executadas por diversas unidades orçamentárias do Executivo. Dessa forma, a explicação da defasagem na execução físico-financeira deve ser apresentada pela respectiva unidade responsável pela ação específica, uma vez que a atuação desta Secretaria se limita exclusivamente às ações sob sua competência direta.		
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-		

1.1.5.3. Índice das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) e da Previsão dos Restos a Pagar (RP)

Esta seção destaca o índice de despesa de exercícios anteriores - DEA – que é a despesa de exercício encerrado, para a qual o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-la, ou que não se tenha processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente. Ademais, destaca, também, a previsão de restos a pagar, que são as despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício. O objetivo desses índices é evidenciar fatos que ocorrem na execução da ação orçamentária e podem comprometer a eficiência da ação governamental. Menores valores desses índices refletem menores intercorrências na execução do que foi planejado no orçamento anual, com cumprimento do cronograma de pagamento das obrigações assumidas com terceiros para execução da política pública. São indicadores que visam medir a excelência dos processos internos na perspectiva do esforço governamental.

Índice da Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) do Programa

Ano:2024		
Programa/Órgãos	DEA	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	847,33	0,65
CASA CIVIL	0,13	0,01
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	0,13	0,01
PGE	32,93	0,37
7852 - Ampliação de Edifício Público	32,93	0,44
SAEB	48,15	0,11
4885 - Gestão do Patrimônio Imobiliário do Poder Executivo	48,15	1,79

Índice da Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) do Programa

Ano:2024

Programa/Órgãos	DEA	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
SDE	476,85	8,10
7854 - Recuperação de Edifício Público	418,40	12,73
7851 - Adequação de Edifício Público	39,92	23,88
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	18,53	0,78
SDR	103,87	1,14
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	103,87	3,88
SEC	160,08	1,33
7854 - Recuperação de Edifício Público	160,08	3,96
SECTI	9,84	1,80
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	9,84	1,87
SEINFRA	13,89	0,14
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	13,89	1,17
SEMA	1,59	0,07
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	1,59	0,10

Índice da Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) do Programa

Ano:2025		
Programa/Órgãos	DEA	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	1.081,29	0,72
CMG	9,37	1,26
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	9,37	1,71
PGE	76,67	1,42
7852 - Ampliação de Edifício Público	76,67	2,37
SAEB	268,86	0,50
4885 - Gestão do Patrimônio Imobiliário do Poder Executivo	216,06	6,30
7977 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos do Departamento Estadual de Trânsito -	26,30	1,76
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	25,04	1,03
SDR	10,59	0,22
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	10,59	0,37
SEC	134,04	0,36
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	134,04	0,67
SECULT	132,72	21,67
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	132,72	21,67
SEMA	2,56	0,10
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	2,56	0,23
SERIN	1,55	0,17

Índice da Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) do Programa

Ano:2025

Programa/Órgãos	DEA	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	1,55	0,18
SESAB	444,77	3,74
7854 - Recuperação de Edifício Público	444,77	4,22
SJDH	0,16	0,01
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	0,16	0,06

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)

Ano:2024

Programa/Órgãos	RP	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	26.598,62	17,10
CASA CIVIL	96,80	4,75
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	83,50	7,10
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	13,30	1,55
CMG	9,41	0,39
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	9,41	0,39

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)

Ano:2024		
Programa/Órgãos	RP	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
GAB GOV	814,17	33,36
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	802,19	35,55
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	11,98	6,50
PGE	1.370,66	13,58
7852 - Ampliação de Edifício Público	1.242,21	14,43
5206 - Reforma de Unidade da Procuradoria Geral do Estado	128,46	14,41
SAEB	7.397,75	14,89
2431 - Conservação de Edifício Público	3.744,78	51,98
2665 - Fiscalização de Obra e Serviço de Engenharia em Prédio Público	1.919,23	14,91
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	1.228,27	23,17
SDE	894,45	13,26
7854 - Recuperação de Edifício Público	885,41	21,39
7855 - Reforma de Edifício Público	9,04	12,30
SDR	212,72	2,29
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	141,27	5,01
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	71,44	2,12
SEAGRI	247,01	13,11
7855 - Reforma de Edifício Público	243,07	48,07

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)

Ano:2024		
Programa/Órgãos	RP	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	3,94	0,30
SEC	10.019,53	46,10
7854 - Recuperação de Edifício Público	7.656,72	66,95
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	2.117,81	23,96
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	245,00	16,80
SECTI	301,75	35,51
7851 - Adequação de Edifício Público	301,75	93,39
SECULT	98,07	16,58
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	98,07	16,58
SEFAZ	21,76	3,60
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	21,76	3,60
SEINFRA	681,88	6,52
7855 - Reforma de Edifício Público	461,71	5,11
SEMA	1.067,04	31,86
7855 - Reforma de Edifício Público	795,78	71,03
7854 - Recuperação de Edifício Público	269,72	46,60
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	1,54	0,09
SEPLAN	1.359,24	17,85

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)

Ano:2024		
Programa/Órgãos	RP	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
7851 - Adequação de Edifício Público	971,49	20,19
7855 - Reforma de Edifício Público	387,75	70,12
SEPROMI	391,45	37,50
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	7,32	1,92
SESAB	1.192,61	9,70
7854 - Recuperação de Edifício Público	990,25	8,55
7855 - Reforma de Edifício Público	202,35	28,69
SETRE	89,06	5,87
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	89,00	20,00
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	0,06	0,01
SIHS	172,74	9,56
7851 - Adequação de Edifício Público	121,94	26,53
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	50,80	12,32
SJDH	130,52	4,34
7855 - Reforma de Edifício Público	126,41	5,87
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	4,11	21,05
VICE	30,00	69,41
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	30,00	69,41

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)

Ano:2025

Programa/Órgãos	RP	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	25.130,50	14,37
CASA CIVIL	140,46	7,44
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	134,99	9,08
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	5,47	1,36
CMG	350,00	32,02
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	350,00	64,25
GAB GOV	544,51	9,18
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	544,51	9,25
PGE	2.155,63	28,49
5206 - Reforma de Unidade da Procuradoria Geral do Estado	2.155,63	59,16
SAEB	9.837,62	15,59
3395 - Recuperação do Centro de Exposições - Balança do CAB	3.863,38	53,59
2665 - Fiscalização de Obra e Serviço de Engenharia em Prédio Público	2.050,78	10,55
2431 - Conservação de Edifício Público	1.954,42	32,04
SDE	1.069,25	20,30
7851 - Adequação de Edifício Público	504,46	49,58
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	14,16	0,39

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)

Ano:2025		
Programa/Órgãos	RP	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
SDR	131,11	2,68
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	96,54	3,28
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	19,28	2,04
7855 - Reforma de Edifício Público	15,29	1,51
SEADES	32,64	1,40
7855 - Reforma de Edifício Público	32,64	1,59
SEAGRI	272,01	16,22
7855 - Reforma de Edifício Público	257,83	36,08
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	14,18	3,46
SEC	3.408,36	8,55
7854 - Recuperação de Edifício Público	2.450,90	15,52
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	957,47	4,61
SECOM	8,31	5,20
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	8,31	5,96
SECTI	1.427,39	72,83
7851 - Adequação de Edifício Público	1.427,39	91,04
SEDUR	101,90	3,70
7852 - Ampliação de Edifício Público	89,90	25,16

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)

Ano:2025		
Programa/Órgãos	RP	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
3194 - Aparentamento de Unidade do Poder Executivo	12,00	0,50
SEINFRA	1.796,34	22,18
7855 - Reforma de Edifício Público	1.760,63	29,96
3194 - Aparentamento de Unidade do Poder Executivo	19,87	2,72
7851 - Adequação de Edifício Público	15,84	1,06
SEMA	683,73	21,44
7855 - Reforma de Edifício Público	649,54	36,20
3194 - Aparentamento de Unidade do Poder Executivo	34,19	2,93
SEPLAN	187,34	7,87
7855 - Reforma de Edifício Público	186,37	95,92
3194 - Aparentamento de Unidade do Poder Executivo	0,97	0,09
SEPROMI	106,60	13,68
7855 - Reforma de Edifício Público	106,27	36,20
3194 - Aparentamento de Unidade do Poder Executivo	0,33	0,84
SERIN	25,21	2,65
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	25,21	2,78
SESAB	984,60	7,65
7854 - Recuperação de Edifício Público	940,30	8,20

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)

Ano:2025		
Programa/Órgãos	RP	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
7855 - Reforma de Edifício Público	8,83	0,64
SIHS	12,33	1,17
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	12,33	2,61
SJDH	1.825,15	42,05
7855 - Reforma de Edifício Público	1.129,62	36,44
3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo	625,41	71,36
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	70,12	19,27
VICE	30,00	6,11
7850 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos	30,00	8,39